



DO
Sábado
PARA O
Domingo

A mudança indevida do dia de adoração

Carlyle B. Haynes

DO
Sábado
PARA O
Domingo
A mudança indevida do dia de adoração

Carlyle B. Haynes

Tradução
Almir A. Fonseca

Casa Publicadora Brasileira
Tatuí, SP



Título original em inglês:
FROM SABBATH TO SUNDAY

Copyright © da edição em inglês:
Review and Herald, Hagerstown, EUA.
Direitos internacionais reservados.

*Direitos de tradução e publicação em
língua portuguesa reservados à*
CASA PUBLICADORA BRASILEIRA
Rodovia SP 127 – km 106
Caixa Postal 34 – 18270-970 – Tatuí, SP
Tel.: (15) 3205-8800 – Fax: (15) 3205-8900
Atendimento ao cliente: (15) 3205-8888
www.cpb.com.br

1ª edição neste formato
Versão 1.1
2014

Editoração: Michelson Borges e Abigail R. Liedke
Projeto Gráfico: Paloma Cartaxo
Design Developer: Fernando Santana
Imagens Internas: Shutterstock
Capa: Alexandre Rocha
Imagens da Capa: Montagem sobre fotos de Shutterstock e Fotolia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Haynes, Carlyle Boynton, 1882-1958.

Do Sábado para o Domingo [livro eletrônico] :
a mudança indevida do dia de adoração / Carlyle
B. Haynes ; tradução Almir A. Fonseca. --
Tatuí, SP : Casa Publicadora Brasileira, 2014.
1,3 Mb ; ePUB

Título original: From Sabbath to Sunday.
ISBN 978-85-345-2046-1

1. Adventistas do Sétimo Dia - Doutrinas e
controvérsias 2. Domingo 3. Sábado I. Título.

14-00930

CDD-263.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Sábado ou Domingo : Cristianismo 263.3



Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por
qualquer meio, *sem prévia autorização escrita* do autor e da Editora.

14555/29900

1

A mudança da observância do sábado



Muito tempo atrás, nas obscuras eras que medeiam entre o tempo de Cristo e o nosso, a observância do sábado foi mudada do sétimo para o primeiro dia da semana.

A verdade, porém, é que o mandamento divino ordena a santificação e observância do sétimo dia como o sábado. O significado aqui não pode ser mal-interpretado. Eis o mandamento:

“Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor, teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque, em seis dias, fez o Senhor os céus e a Terra, o mar e tudo que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o Senhor abençoou o dia de sábado e o santificou” (Êxodo 20:8-11).

Igualmente verdadeiro é que não há outra ordem dada nas Escrituras Sagradas indicando qualquer outro dia. A Bíblia em sua totalidade – Antigo e Novo Testamentos – ordena, sustenta, defende e ensina a observância do sétimo dia como o sábado.

Assim como certo é que as várias corporações cristãs de hoje, em todas as partes do mundo, com poucas exceções de importância, observam regularmente o primeiro dia da semana e se unem na defesa de sua observância.

Parece haver, então, uma discrepância entre a maneira de agir das igrejas dos dias atuais, no que respeita à observância do sábado, e o ensino claro da Bíblia. Essa gritante discrepância tem inquietado a mente de muitos, e suscitado uma real necessidade de cuidadosa e segura informação com respeito ao fundo histórico da mudança da observância do sábado, à época em que essa mudança ocorreu e às razões para que a mudança fosse efetuada. Por esse motivo, propusemo-nos aqui entrar na consideração deste assunto, na esperança de proporcionar informações que capacitem cada leitor a alcançar tão clara convicção da verdade e do dever que remova toda dúvida e confusão.

Em um estudo dessa natureza é necessário, naturalmente, investigar a origem da observância do sábado, bem como examinar os escritos que narram a história da igreja, e as razões para a mudança do dia. Por isso, deve ser exigida de nós cuidadosa consideração ao relato bíblico da instituição do sábado entre os homens, e as razões existentes na imaginação divina para ordenar a observância desse dia em um dos Dez Mandamentos.

A lei proferida e escrita por Jeová

A única lei divina que ordena a observância do sábado, conhecida entre os homens, está contida na Bíblia e foi citada na página anterior. Deve-se frisar que esse mandamento foi pronunciado, juntamente com os outros nove, pela própria boca de Deus.

“Então o Senhor vos falou do meio do fogo; a voz das palavras ouvistes, porém, além da voz, não vistes semelhança nenhuma. Então, vos anunciou Ele [...] os Dez Mandamentos” (Deuteronômio 4:12, 13).

Esses mandamentos, inclusive o do sábado, foram escritos com o próprio dedo de Deus sobre a pedra resistente. “E os escreveu em duas tábuas de pedra” (Deuteronômio 4:13). “Duas tábuas [...] de pedra, escritas pelo dedo de Deus” (Êxodo 31:18).

Fala-se dessa lei nas Escrituras como sendo “justa”, “verdadeira”, “boa” e “perfeita”. “Desceste sobre o Monte Sinai, do Céu falaste com eles e lhes

deste juízos retos, leis verdadeiras, estatutos e mandamentos bons” (Neemias 9:13). “A lei do Senhor é perfeita” (Salmo 19:7).

Essa lei contém todos os deveres do ser humano.

Cristo não mudou a lei

Jamais Cristo teve a intenção de mudar, revogar, destruir ou anular qualquer parte dessa lei. “Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir” (Mateus 5:17).

Em lugar de desprestigiar a lei, Cristo veio exaltá-la. Ele engrandeceria a lei e a tornaria gloriosa (Isaías 42:21).

De fato, tudo quanto diz respeito ao sábado, Cristo o observou, juntamente com todos os outros mandamentos. “Entrou, num sábado, na sinagoga, segundo o Seu costume, e levantou-Se para ler” (Lucas 4:16).

A verdade é que a fé em Cristo, em lugar de colocar a lei à margem, estabelece-a e a confirma. “Anulamos, pois, a lei pela fé? Não, de maneira nenhuma! Antes, confirmamos a lei” (Romanos 3:31).

O apóstolo Paulo declara que a lei de Deus, na qual se encontra o mandamento do sábado, é “espiritual”, “santa”, “justa” e “boa”. “Porque bem sabemos que a lei é espiritual” (Romanos 7:14). “Por conseguinte, a lei é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom” (verso 12).

Essa lei deve ser guardada como prova de nosso amor a Deus. “Bem-aventurados aqueles que guardam os Seus mandamentos, para que tenham direito à árvore da vida e possam entrar na cidade pelas portas” (Apocalipse 22:14; o autor cita o texto como se encontra à margem da versão Almeida).

Na verdade, ela é a regra ou padrão pelo qual o mundo inteiro deve ser julgado. “Falai de tal maneira e de tal maneira procedei como aqueles que não de ser julgados pela lei da liberdade” (Tiago 2:12).

A lei permanece em vigor

Parece estranho, portanto, que um preceito como o sábado tenha sido de alguma forma mudado. A lei de Deus permanece ainda em vigor. Essa lei requer a observância do sétimo dia da semana. Mas esse dia não está agora

sendo observado pela esmagadora maioria do professo povo de Deus. Não obstante, a lei permanece imutável, ainda está em vigor e é a norma divina de julgamento.

Outro dia substituiu o dia estabelecido. De onde ele veio? O que o substituiu? É sua observância aceitável a Deus?

2

O sábado bíblico



No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dEle, e, sem Ele, nada do que foi feito se fez” (João 1:1-3). “Estava no mundo, e o mundo foi feito por intermédio dEle, mas o mundo não O conheceu” (verso 10). “E o Verbo Se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a Sua glória, glória como do unigênito do Pai” (verso 14).

“Este é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação; pois, nEle, foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a Terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dEle e para Ele” (Colossenses 1:15, 16).

O tempo em que Ele fez o sábado, conforme já vimos, foi o fim da semana da criação (Gênesis 2:1-3.)

O objetivo pelo qual o Criador estabeleceu o sábado foi separar um dia, o sétimo, e nele repousar, abençoá-lo e santificá-lo.

O sábado é um dia, não uma instituição

O "material" do qual Ele fez o sábado foi o sétimo dia. Ele separou aquele dia e fez dele o sábado. O sábado não é alguma coisa que Ele tenha colocado no dia. É o próprio dia. “O sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus.”

Não nos é mandado “lembrar do sábado, para santificá-lo”. O mandamento diz: “Lembra-te do dia de sábado, para o santificar”. O sábado

não é qualquer coisa separada do dia, a qual possa ser mudada de um lugar para outro e talvez colocada em outro dia. É o próprio dia, o sétimo dia.

Ouvimos hoje a respeito da instituição do sábado. Mas a Bíblia nunca fala de uma instituição sabática. Fala acerca do dia do sábado. Não existe uma instituição sabática tal, que fosse abençoada e santificada para o bem da humanidade, separada do dia.

Foi o dia que foi abençoado e tornado santo; e, dessa forma, é o dia que se torna o sábado.

O dia que Deus abençoou jamais pode ser separado do sábado. O sábado jamais pode ser separado do dia que Deus abençoou. Estes não podem existir separados. São inseparáveis porque são um só.

O sétimo dia é o sábado; o sábado é o sétimo dia.

Jesus fez o sábado para toda a humanidade, não para uma parte ou uma nação. “O sábado foi estabelecido por causa do homem” (Marcos 2:27).

O sábado é de duração eterna

Deus fez o sábado para todos os tempos. Não o designou para ser de duração temporária, mas eterna. Jamais virá época na qual o sétimo dia não seja o abençoado, santo dia de repouso de Deus. “As obras das Suas mãos são verdade e juízo; fiéis, todos os Seus mandamentos. Permanecem firmes para todo o sempre; são feitos em verdade e retidão” (Salmo 111:7, 8).

Mesmo na nova Terra o abençoado sábado do sétimo dia será observado pelos salvos. “E será que [...] de um sábado a outro, virá toda a carne a adorar perante Mim, diz o Senhor” (Isaías 66:23).

A razão pela qual Deus ordena aos homens observarem o dia do sábado é: “Porque, em seis dias, fez o Senhor os céus e a Terra, o mar e tudo que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o Senhor abençoou o dia de sábado e o santificou” (Êxodo 20:11).

O sábado, portanto, é um memorial da criação da Terra em seis dias literais, e Deus o estabeleceu como um sinal do Seu poder criador. Por meio de sua observância, Deus pretendia que o homem O conservasse sempre na lembrança como o verdadeiro e único Deus, o Criador de todas as coisas.

Sinal de santificação

O poder criador de Deus foi exercido a segunda vez na obra da redenção, a qual é, na realidade, uma nova criação. O sábado, como memorial do poder criador, torna-se assim um memorial de nossa salvação em Cristo. Foi ele explicitamente deixado como sinal de santificação. “Também lhes dei os Meus sábados, para servirem de sinal entre Mim e eles, para que soubessem que Eu sou o Senhor que os santifica” (Ezequiel 20:12).

Como Cristo é o único que santifica Seu povo, o sábado, pois, torna-se um sinal daquilo que Cristo é para o crente. É um memorial de nosso repouso nEle, nosso repouso do pecado, da conclusão de Sua obra de completa salvação em nós. Como memorial, deve ele durar para sempre.

É Jesus quem salva do pecado. A salvação do pecado é a obra atual do poder criador de Deus em nós. Somente através desse poder, comunicado aos pecadores pelo Espírito Santo, pode o pecado ser subjugado na carne humana e o homem entrar no repouso da fé. É Jesus quem dá esse repouso.

“Vinde a Mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e Eu vos aliviarei” (Mateus 11:28).

Sinal de libertação do pecado

O sinal desse poder criador de Cristo é o sábado. “Sábado” quer dizer repouso. Foi ele dado não apenas para o descanso físico, mas como um sinal de repouso espiritual e libertação do pecado. Assim, aquele que guarda o sábado conscientemente entra no repouso divino, “porque aquele que entrou no descanso de Deus, também ele mesmo descansou de suas obras, como Deus das Suas” (Hebreus 4:10).

Nesse sentido, o sábado se torna para o crente em Cristo um símbolo de tudo aquilo que o evangelho encerra para ele em Cristo.

Começo e fim do sábado

O sábado começa ao pôr do sol e termina ao pôr do sol. A maneira bíblica de computar os dias não é de meia-noite a meia-noite, mas de pôr do sol a

pôr do sol. Quando o Sol se põe, findou o dia e um novo dia começa. O anoitecer é o começo do dia. “Houve tarde e manhã, o primeiro dia” (Gênesis 1:5). Isto é, a noite, ou a parte escura do dia, vem primeiro, e é seguida pela manhã ou parte clara.

A recomendação divina é: “De uma tarde a outra tarde, celebrareis o vosso sábado” (Levítico 23:32).

A “tarde” começa ao pôr do sol. “À tarde, ao pôr do sol” (Deuteronômio 16:6). “E, tendo chegado a tarde, quando já estava se pondo o Sol” (Marcos 1:32).

Quando, pois, o Sol se põe, na tarde do sexto dia da semana, indica o começo do sábado de Deus. O pôr do sol de sexta-feira é a linha divisória entre o tempo secular e o sagrado. As horas entre o pôr do sol de sexta-feira à noite e o pôr do sol de sábado são tempo santo. “O Senhor abençoou o dia de sábado e o *santificou*” (Êxodo 20:11).

O tempo que nos é mandado “lembrar” para “santificar” é sagrado. Deus o *tornou* santo; Ele ordena ao ser humano *santificá-lo*.

O propósito da observância do sábado

Santificar o sábado é usá-lo com o fim para o qual foi designado. Foi ele destinado a ser um dia de culto público, bem como de devoção particular. “Mas o sétimo dia será o sábado do descanso solene, *santa convocação*” (Levítico 23:3). Temos o exemplo do próprio Cristo ao assistir ao culto público no sábado. “Entrou, num sábado, na sinagoga, segundo o Seu costume” (Lucas 4:16).

As providências devidas para a observância do sábado incluem o preparo dos alimentos e de todas as coisas necessárias, a fim de que estejamos prontos para interromper as atividades seculares, terrenas, quando o sábado for iniciado, e dedicar-nos às coisas sagradas ou celestiais (Êxodo 16:22, 23; Lucas 23:54).

O sábado não é um dia para atividades comuns, para ócio ou para diversão. Destina-se ao repouso, tanto espiritual como físico; à meditação; ao culto, tanto particular como público; ao regozijo santo; ao auxílio mútuo.

Foi destinado a ser o mais deleitoso, o mais glorioso e o melhor de todos os sete dias.

Fundamental para os ideais edênicos

É o sábado uma das duas relíquias da vida edênica que permaneceram depois da queda; a outra é a instituição do casamento. É ele, pois, fundamental para os ideais edênicos. O dia de repouso ocorre semanalmente, a fim de conservar sempre diante de nós o fato de que Deus repousou no fim da semana da criação. Devemos nos lembrar de Deus cada dia; mas o sábado nos chega semanalmente, proporcionando-nos maiores oportunidades de repousar e meditar, e de comungar com o Criador. Antes de suas bênçãos e preciosos efeitos terem sido esquecidos, a aproximação de outro sábado renova-lhe a santificadora influência. Assim ele torna mais agradáveis todos os dias e estende suas bênçãos a todas as ocasiões, se nos “*lembrarmos do dia do sábado, para o santificar*”.

O sábado no Novo Testamento

O Novo Testamento não modificou no mínimo aspecto a obrigação de observar o sétimo dia ordenado por Deus. Cristo observou esse dia durante todo o período de Sua vida terrena. Os discípulos o guardaram normalmente, durante toda a vida deles, enquanto estabeleciam as primeiras igrejas cristãs. Não há ocasião, no registro do Novo Testamento, em que algum ser humano procurasse guardar o primeiro dia da semana como o sábado.

O sábado do Novo Testamento é o mesmo do Antigo Testamento: o sétimo dia da semana.

3

Ausência de autoridade divina para a mudança



Jesus Cristo não mudou o sábado. Como Criador Ele o trouxe à existência. Destinou-o a ser um memorial de Seu poder tanto na obra da criação como na da redenção. Dificilmente se poderá conceber que o eterno propósito da salvação do homem tenha posto de lado o memorial que Ele próprio estabeleceu para comemorar Sua acabada obra da redenção.

Nem os discípulos de Cristo nem as primitivas igrejas cristãs jamais ouviram falar em semelhante mudança divina da observância do sábado. Por conseguinte, a observância de outro dia que não o sétimo, como o sábado, é desconhecida no Novo Testamento. A guarda do domingo pelos cristãos é de origem posterior aos tempos da Bíblia.

Ver-se-á, sem dúvida, não ser insignificante a parte do ensino e trabalho públicos de Cristo que permite verificar o que é e o que não é lícito fazer no sábado, o que não deixa de ser difícil de explicar por aqueles que afirmam ter Ele abolido o sábado.

A observância do sábado pelo povo judeu, no tempo de Cristo, tinha-se tornado inteiramente diferente daquela que Deus mandara que fosse. Longe de ser uma bênção, tornara-se um fardo.

Satanás tinha feito tudo para, através de sedutoras tentações, induzir os judeus a deixarem de observar o sábado. Nisso foi ele parcialmente bem-sucedido. Deus permitiu que Seu povo fosse para o cativeiro babilônico por causa dos seus pecados, os quais incluíam a transgressão do sábado. Após retornarem do cativeiro, os judeus resolveram guardar o sábado com o

maior zelo, como Deus havia ordenado. Mas novamente o maligno determinou armar-lhes um laço, e teve êxito em levá-los a perverter tanto o significado quanto o propósito do sábado, até que ele fosse cumulado de pesadas restrições.

Quando Jesus apareceu como ensinador público entre os judeus, não perdeu oportunidade de corrigir as falsas concepções com respeito ao sábado. Ele Se prevaleceu de todas as ocasiões para libertar o dia de suas severas regulamentações de feitura humana.

Milagres no sábado

Com efeito, Ele criou tais oportunidades, pois de propósito escolheu o sábado como um dia no qual devia realizar muitos de Seus milagres e obras de misericórdia.

Em Cafarnaum, ao Se achar na sinagoga num dia de sábado, expulsou Ele “um espírito de demônio imundo” de um homem a quem o inimigo havia dominado. Mais tarde, no mesmo sábado, curou “a sogra de Simão”, que estava “com febre muito alta” (Lucas 4:33, 38).

Tais atos, praticados no sábado, eram desaprovados pelos judeus com sérias perguntas, pois eles não Lhe traziam seus doentes no sábado, mas esperavam até o “pôr do sol” (ver Marcos 1:32-34; Lucas 4:40).

Jesus, entretanto, continuava a corrigir o ponto de vista deles com respeito àquilo que constituía a verdadeira guarda do sábado e a efetuar uma reforma na observância do sábado. A fim de convencê-los de que falava com autoridade sobre o assunto, procurou ocasião, em relação com o incidente da colheita de grãos no sábado pelos Seus discípulos, para declarar que “o Filho do homem é Senhor do sábado” (Mateus 12:8). Nesse mesmo contexto, Ele deu valioso esclarecimento acerca da natureza da verdadeira guarda do sábado.

Cristo arriscou a vida para libertar o sábado

Tão necessário era libertar o sábado das repulsivas tradições que o cercavam, as quais foram ao ponto de impedir nesse dia a prática de

qualquer coisa relacionada com a cura das enfermidades, que Cristo enfrentou a malícia dos fariseus e arriscou a própria vida, a fim de libertar o sábado daquelas deturpadas restrições. Quando curou no sábado o homem que tinha uma das mãos mirrada, na sinagoga, e em conexão com isso deu muitas instruções oportunas quanto à observância correta do dia, os fariseus, irados, “formaram conselho contra Ele, para O matarem” (Mateus 12:14).

Curou Ele um parálítico junto ao poço de Betesda; curou-o de uma enfermidade que o imobilizara por trinta e oito anos. Quando isso se tornou conhecido, e “os judeus perseguiram Jesus e procuravam matá-Lo”, Ele de novo aproveitou a oportunidade para dar-lhes instruções corretas com relação à observância do sábado, dizendo: “Meu Pai trabalha até agora, e Eu trabalho também” (João 5:16, 17).

Meses mais tarde, esse mesmo caso de cura foi trazido à baila, e novamente Ele esclareceu os Seus opositores acerca do significado do sábado (ver João 7:21-23).

Libertando o sábado de restrições molestas

Os judeus recusaram, contudo, receber instruções, e nosso Senhor achou necessário continuar Sua obra em favor do sábado – obra esta de libertá-lo das deturpações que ocultavam da multidão o seu verdadeiro propósito e impediam a muitos de encontrar nele as bênçãos do repouso espiritual.

Encontrou Ele no sábado um homem que havia nascido cego e, compadecido, umedeceu barro, untou-lhe os olhos e mandou que ele se lavasse no poço. O homem foi, lavou-se e recuperou a vista. O preparo do lodo e a cura do cego foi considerado como violação do sábado pelos intolerantes inimigos, quando era a correta guarda do sábado (ver João 9:1-38).

Mais tarde, em outro sábado, Jesus curou uma mulher que havia sido prisioneira de Satanás durante dezoito anos e não podia ficar ereta. Enfrentava Ele os protestos de Seus oponentes, ao dar contínuas instruções

com respeito à genuína observância do sábado, silenciá-los e trazer contentamento ao povo (ver Lucas 13:10-17).

Deu explicações adicionais sobre a correta observância do sábado na casa de um fariseu, em um jantar, durante o qual curou um homem acometido de hidropisia (ver Lucas 14:1-6).

Dessa forma, a história do ministério de Cristo O apresenta como um verdadeiro observador do sábado. Ele envidou contínuos esforços no sentido de corrigir erros longamente conservados em relação ao sábado, procurando libertá-lo das exigências e fardos da tradição farisaica.

Por certo, em face de tais fatos, é descabido afirmar que o Senhor do sábado intentou abolir a observância do sétimo dia. Se esse tivesse sido Seu intento, não teria Ele dedicado tanto do Seu ministério público à obra de instruir as pessoas como guardar esse dia corretamente.

Mais injusto ainda é diminuir-lhe a importância, pois os ensinadores cristãos de hoje, a fim de atingir seus objetivos de voltar o sentimento dos homens contra o sábado da Bíblia, apresentam restrições e exigências de feitura humana como realmente pertencentes ao sábado do Senhor, e assim interpretam os contínuos e vigorosos esforços de Cristo para libertar o sábado dessas deturpações como prova de Sua violação do mandamento divino do sábado, e como um empenho para desconceituar o próprio sábado. Aqueles que fazem isso estão na verdade tomando posição contra o Senhor do sábado e, juntando-se aos antigos fariseus, dizem: “Este Homem não é de Deus; porque não guarda o sábado” (João 9:16).

O primeiro dia mencionado seis vezes nos evangelhos

Os quatro evangelhos mencionam seis vezes o primeiro dia da semana e, nesses textos, os que observam o primeiro dia devem encontrar sua justificativa para tal observância. As passagens dos evangelhos, que se referem ao primeiro dia da semana, são as seguintes: Mateus 28:1; Marcos 16:1, 2, 9; Lucas 23:56; 24:1; João 20:1, 19.

Aqui, se é que deve ser encontrada em alguma parte, deve estar qualquer autoridade para a santificação do domingo.

Esses textos falam de “o primeiro dia da semana”. Eles são unânimes em declarar que a ressurreição de nosso Senhor ocorreu nesse dia. Os observadores do domingo afirmam que a ocorrência desse acontecimento naquele dia ocasionou uma mudança do sábado do sétimo dia para o primeiro. Se assim é, essas passagens tornarão o assunto claro.

Um exame desses textos, porém, revela que eles não dizem absolutamente nada a respeito de uma mudança do sábado. Falam do sábado, é verdade, mas mais cuidadosamente fazem distinção entre o sábado e o primeiro dia da semana, tornando claro que o sábado do Novo Testamento é o dia anterior ao primeiro dia. Eles não outorgam nenhum título sagrado ao primeiro dia. Mas aplicam esse título ao sábado. Não dizem que Cristo repousou no primeiro dia, o que teria sido essencial para sua mudança em sábado. Nada dizem eles com referência à colocação de uma bênção sobre o primeiro dia. Não dizem que Cristo alguma vez tenha dito qualquer coisa acerca do primeiro dia, quer como dia santo ou não. Não indicam nenhum preceito ou ordem quanto à sua observância. Nada há nestas passagens a declarar que o primeiro dia deva ser considerado pelos seguidores de Cristo como qualquer coisa a mais do que o dia comum da semana pelo qual ele é chamado – exatamente “o primeiro dia da semana”.

Nenhuma autoridade para a santificação do domingo

Após considerar completamente todas essas passagens, o Dicionário da Bíblia de Smith, em seu artigo sobre “O Dia do Senhor”, faz esta confissão:

“Tomadas separadamente, talvez, e mesmo todas juntas, essas passagens parecem quase inadequadas para provar que a dedicação do primeiro dia da semana para os propósitos acima mencionados fosse um assunto de instituição apostólica ou mesmo de prática apostólica” (p. 356).

Portanto, não há evidência nesses textos para induzir qualquer seguidor de nosso Senhor a crer que contenham alguma autoridade para a santificação do domingo.

Em lugar de ser verdadeiro que Jesus abençoou e santificou o primeiro dia, o fato é que Ele jamais o mencionou uma só vez. Jamais lhe tomou o

nome nos lábios, quanto seja do nosso conhecimento.

O primeiro dia mencionado uma única vez no livro de Atos

O primeiro dia da semana é mencionado em mais dois lugares no Novo Testamento. O primeiro deles é o livro de Atos: “No primeiro dia da semana, estando nós reunidos com o fim de partir o pão, Paulo, que devia seguir viagem no dia imediato, exortava-os e prolongou o discurso até à meia-noite. Havia muitas lâmpadas no cenáculo onde estávamos reunidos” (Atos 20:7, 8).

Há aqui o relato de uma reunião religiosa, a qual foi celebrada no primeiro dia da semana. Deve ser notado, diga-se de passagem, que esta é a única vez mencionada no Novo Testamento em que uma reunião foi realizada no primeiro dia da semana.

Essa passagem, contudo, não encerra nenhuma evidência de mudança do sábado e nenhum apoio à santificação do domingo. Foi uma reunião no primeiro dia, mas não uma reunião dominical. Foi realizada à noite. “Havia muitas lâmpadas” e Paulo “prolongou o discurso até à meia-noite.” A única noite que existe para o primeiro dia bíblico é aquela que agora conhecemos como sábado à noite. Os dias bíblicos começam e terminam ao pôr do sol. O primeiro dia bíblico começa com o pôr do sol de sábado e vai até o pôr do sol de domingo. A “meia-noite”, por conseguinte, até à qual o apóstolo Paulo “prolongou o discurso”, deve ter sido, só pode ter sido sábado à noite.

Conybeare e Howson, em sua popular e conceituada *Life and Epistles of the Apostle Paul* (Vida e Epístolas do Apóstolo Paulo), tratando do tempo em que essa reunião foi celebrada, faz estas observações: “Era a noite que sucedia o sábado judaico. No domingo de manhã o navio ia partir” (edição de Scribner, v. 2, p. 206).

O Dr. Horatio B. Hackett, antigo professor de Novo Testamento no Seminário Teológico de Rochester, em seu *Commentary on Acts*, diz:

“Os judeus computavam o dia da noite para a manhã, e naqueles começos a noite do primeiro dia da semana deveria ser sábado à noite. Se Lucas considerou assim aqui, como muitos comentaristas supõem, o apóstolo

esperou pelo término do sábado judaico e realizou seu último serviço religioso com os irmãos de Trôade [...] no sábado à noite, e consequentemente continuou sua viagem no domingo de manhã” (edição de 1882, p. 221, 222).

A narrativa de Atos, que fala acerca dessa reunião noturna, foi escrita por Lucas pelo menos trinta anos após a crucifixão de Cristo. É significativo que ao se referir ao primeiro dia ele não o chamasse por um nome ou título sagrado. Não diz ele coisa alguma acerca de seu caráter supostamente sagrado. Fala a seu respeito apenas como um dos dias da semana, “o primeiro” dos sete.

Não há base para a santificação do domingo nessa passagem.

A última menção ao primeiro dia

A última referência bíblica ao primeiro dia da semana encontra-se nos escritos de Paulo, e é a única vez que o escritor dessas epístolas, ou qualquer das epístolas do Novo Testamento, faz referência a esse dia em conexão com alguma coisa: “Quanto à coleta para os santos, fazei vós também como ordenei às igrejas da Galácia. No primeiro dia da semana, cada um de vós ponha de parte, em casa, conforme a sua prosperidade, e vá juntando, para que se não façam coletas quando eu for” (1 Coríntios 16:1, 2).

É afirmado, com base nessa passagem, que o primeiro dia deve ter sido o dia de culto público nas igrejas de Corinto e Galácia e que, se foi nessas, o foi também em outras igrejas apostólicas, e, nesse caso, o sábado havia sido mudado para o domingo. Isso, entretanto, é ir além daquilo que o próprio texto remotamente quer dizer.

Nenhuma reunião dominical

Essa passagem ordena precisamente o inverso de uma coleta pública. Cada crente de Corinto devia pôr de parte em sua casa (Versão Brasileira), conforme a sua prosperidade, e não levar sua oferta para um lugar de reuniões, nem realizar qualquer reunião naquele dia para culto público. O

dicionário grego de Greenfield traduz o grego aqui da seguinte forma:

“Consigo mesmo, isto é, em casa.”

Sir William Domville, no seu livro *The Sabbath* (O Sábado), faz estes comentários sobre as afirmações que às vezes são feitas com relação ao significado dessa passagem:

“É estranho que um texto que não diz coisa alguma de qualquer reunião, para qualquer propósito, seja apresentado para provar um costume de se reunir para fins religiosos! [...]

“Se é estranho inferir dele um costume de se reunir, embora nenhuma reunião seja mencionada nele, é ainda mais estranho, ainda mais inconsistente, inferir dele [...] que uma ordem para pôr de parte ofertas no lar signifique que aquelas esmolos sejam dadas na igreja. [...]

“A tradução segundo o original grego reza da seguinte forma: ‘Cada um de vós ponha em sua casa.’ Uma tradução ainda mais literal da palavra no original, *thēsaurizōn* (entesourando), tornará ainda mais claro que cada contribuinte devia fazer a sua própria acumulação, e não passá-la de mão em mão, cada semana, a qualquer outra pessoa” (p. 101-104).

Nada há nessas passagens que indique haverem as primitivas igrejas observado o domingo em lugar do sábado. O primeiro dia é mencionado, de fato, mas apenas como um dos dias da semana. Nesse dia, após terem observado o sábado e voltado à sua labuta semanal, e lançar-se a uma nova semana de negócios, fazerem as contas, determinarem os lucros da semana anterior, vendo quanto Deus os havia abençoado, colocavam de lado uma parte de seus lucros para os irmãos necessitados de outros lugares.

Os sábados cerimoniais cessaram

Supõem alguns que o apóstolo Paulo se referia à mudança do sábado quando escreveu aos colossenses: “Ninguém vos julgue por causa de [...] dia de festa, ou lua nova, ou sábados, porque tudo isso tem sido sombra das coisas que haviam de vir; porém o corpo é de Cristo” (Colossenses 2:16, 17).

O sistema cerimonial do Antigo Testamento possuía muitas festividades, dias santificados e sábados anuais. Esse sistema, “[imposto] até ao tempo da correção” (Hebreus 9:10), havia expirado com Cristo, para quem apontava. O crente em Cristo não devia, portanto, voltar a esses tipos e sombras. Não precisava ele observar seus sete sábados anuais (Levítico 23:4, 24, 32, 29), todos os quais deviam ser guardados juntamente com ou “além dos sábados do Senhor” (Levítico 23:38). E, como essas observâncias cerimoniais não eram mais obrigatórias, o crente, nessa passagem aos colossenses, é exortado a não permitir que homem algum o julgue por essas coisas. Essa passagem não tem nenhuma relação com o sábado do sétimo dia, do Senhor.

Talvez isso possa ser mais prontamente aceito e mais claramente compreendido, se atentarmos para o comentário feito sobre essa passagem por autoridades notáveis. O Dr. Adam Clarke, no comentário que leva o seu nome, diz, concernente a Colossenses 2:16:

“Não há indicação aqui de que o *sábado* fosse abolido ou de que o seu uso moral fosse superado pela introdução do cristianismo. Eu disse alhures que *Lembra-te do dia do sábado, para o santificar*, é um mandamento de *perpétua obrigatoriedade*, e jamais deveria ser suprimido ao se aproximar o fim do tempo. Como ele é um *tipo* daquele repouso que resta para o povo de Deus, de perene felicidade, deve continuar em pleno vigor até que a eternidade surja; pois nenhum *tipo* jamais cessa antes que o antítipo surja. Além disso, não está claro se o sábado a que o apóstolo se refere nesse lugar é judaico ou cristão; seu *sabbaton* de sábados ou *semanas*, mais provavelmente se refira às suas *festas das semanas*, das quais muito já foi dito nas notas sobre o Pentateuco” (edição de 1851).

O Dr. Albert Barnes, conhecido comentarista presbiteriano, em suas *Notes on Colossians* (2:16), assim escreve:

“*Ou dos sábados*’. A palavra ‘sábado’, no Antigo Testamento, é aplicada não somente ao sétimo dia, mas a todos os outros dias de repouso sagrado que eram observados pelos hebreus, e particularmente ao começo e encerramento de suas grandes festividades. Há, certamente, referência a

esses dias nesse lugar, visto que a palavra é usada no plural e o apóstolo não se refere particularmente ao assim chamado sábado, propriamente. Não há nada que indique tivesse ele ensinado não haver nenhuma obrigação de observar *qualquer* dia santificado, pois não há a menor razão para crer que ele tencionasse ensinar que um dos Dez Mandamentos tivesse deixado de ser obrigatório para a humanidade.

“Se houvesse usado a palavra no singular, ‘o sábado’, teria ficado claro, naturalmente, que ele pretendia ensinar que esse mandamento havia deixado de ser obrigatório, e que o sábado não mais devia ser observado. Mas o uso do termo no plural e o contexto mostram que tinha sua atenção voltada para o grande número de dias que eram observados pelos hebreus como festas, como parte de sua lei típica e cerimonial, e não para a lei moral ou os Dez Mandamentos. De nenhuma parte da lei moral – nenhum dos Dez Mandamentos – pode se dizer ser ‘uma sombra das coisas futuras’. Esses mandamentos são, em virtude da natureza da lei moral, de perpétua e universal obrigatoriedade” (edição de 1850, p. 306, 307).

Concluimos, portanto, após cuidadoso exame do Novo Testamento, que este não contém nenhuma indicação de mudança do sábado, nenhuma autoridade divina para tal mudança e nenhuma base, mesmo no mínimo aspecto, para a observância do domingo.

4

Como, por que e por quem foi feita a mudança



A mudança do verdadeiro para o falso sábado foi introduzida pela grande apostasia da igreja primitiva, a qual se cristalizou no sistema católico romano. As razões apresentadas por esse movimento apóstata para rejeitar o sábado do Senhor e adotar o dia dos adoradores do Sol foram principalmente duas: desejo de evitar ser identificado com os judeus, cujo fanatismo e ruína os tinham tornado impopulares; e um desejo igualmente intenso de conquistar os pagãos adoradores do Sol e conseguir sua adesão à igreja.

Mesmo nos dias dos apóstolos, a grande apostasia já havia começado a se desenvolver. Paulo escreve: “Com efeito, o mistério da iniquidade já opera” (2 Tessalonicenses 2:7).

De novo declarou: “Eu sei que, depois da minha partida, entre vós penetrarão lobos vorazes, que não pouparão o rebanho. E que, dentre vós mesmos, se levantarão homens falando coisas pervertidas para arrastar os discípulos atrás deles” (Atos 20:29, 30).

O anticristo, o autor da observância do domingo

Esse afastamento da fé se dilataria e cresceria até atingir grandes proporções, diz o apóstolo. Uma grande queda ou “apostasia” acabaria revelando “o homem da iniquidade, o filho da perdição, o qual se opõe e se levanta contra tudo que se chama Deus ou é objeto de culto, a ponto de

assentar-se no santuário de Deus, ostentando-se como se fosse o próprio Deus” (2 Tessalonicenses 2:3, 4).

“Este”, de acordo com o apóstolo João, “é o espírito do anticristo, a respeito do qual tendes ouvido que vem e, presentemente, já está no mundo” (1 João 4:3).

Cumprindo essas predições, a fé e a conduta cristãs mudaram todo o seu aspecto entre os dias dos apóstolos e a professa conversão de Constantino, imperador de Roma. A verdade foi mudada em erro, e a deturpação da verdadeira fé se multiplicou com assombrosa rapidez.

“Ritos e cerimônias, das quais nem Paulo nem Pedro jamais ouviram, entraram sub-repticiamente em uso e depois reclamaram o direito de serem consideradas instituições divinas. Funções para as quais os primitivos discípulos não podiam encontrar nenhum lugar e títulos que para eles teriam sido completamente ininteligíveis começaram a reclamar atenção e ser chamados apostólicos” (William D. Killen, *The Ancient Church*, prefácio da edição original, p. 16).

Entre essas estranhas e falsas observâncias que foram postas em prática pela igreja caída, estava a ordenança do domingo.

Ao considerarmos essa apostasia, e a origem da observância do domingo entre os cristãos como resultado dela, bem como as causas que precederam a adoção desse festivo dia pagão, um grande acervo de testemunhos históricos pode ser apresentado. O que aqui apresentamos é oriundo apenas de escritos de pessoas que foram ou são observadoras do domingo, pois sua confissão quanto à origem dessa observância será de maior peso do que as investidas que possam ser feitas pelos observadores do sábado.

Wilhelm August Johann Neander, o grande teólogo e historiador alemão de Heidelberg, cuja *History of the Christian Religion and Church* é de tal mérito que lhe valeu o título de “príncipe dos historiadores da igreja”, declara francamente:

“A oposição ao judaísmo introduziu o festival particular do domingo muito cedo, na verdade, no lugar do sábado. [...] O festival do domingo, como todos os outros festivais, foi sempre uma ordenança humana, apenas,

e estava longe das cogitações dos apóstolos o estabelecimento de uma ordem divina a esse respeito; longe deles e da primitiva igreja apostólica, transferir as ordenanças do sábado para o domingo. Talvez fosse no fim do segundo século que uma falsa prática desse tipo tenha começado a ocorrer; pois parece que os homens nessa época consideravam pecado o trabalho no domingo” (tradução de Rose, a partir da 1ª edição alemã, p. 186).

A observância do sábado não interrompida

A observância do sétimo dia não foi interrompida pelos cristãos primitivos durante muito tempo, mesmo depois da ascensão de Cristo. Centenas de anos haviam decorrido antes que o poder e a força do papado fossem capazes de afastá-la da igreja. O fato é que jamais foi ela inteiramente interrompida, mas sempre houve uma semente de justos que permaneceu fiel e dedicada ao santo sábado de Deus.

Morer, erudito clérigo da Igreja da Inglaterra, diz que “os primitivos cristãos tinham grande respeito para com o sábado e passavam o dia em devoção e admoestações. E não devemos duvidar, pois eles copiaram esse procedimento dos próprios apóstolos” (*Dialogues on the Lord’s Day*, p. 189).

Diz o professor Edward Brerewood, do Gresham College, Londres, da mesma igreja:

“O antigo sábado continuou e foi observado [...] pelos cristãos da Igreja do Oriente, por mais de trezentos anos após a morte de nosso Salvador” (*A Learned Treatise of the Sabbath*, p. 77).

O cuidadoso e imparcial historiador e teólogo Lyman Coleman, diz:

“Até o quinto século a observância do sábado judaico teve continuidade na igreja cristã, mas com um rigor e solenidade cada vez menores, até que cessou completamente” (*Ancient Christianity Exemplified*, capítulo 26, seção 2, p. 527).

Sócrates, historiador da igreja grega do quinto século, cuja obra foi uma continuação da realizada por Eusébio, diz:

“Quase todas as igrejas, em todas as partes do mundo, celebravam os sagrados mistérios no sábado de cada semana; todavia os cristãos de Alexandria e de Roma, por causa de uma antiga tradição, tinham deixado de fazer isso” (*Ecclesiastical History*, livro 5, capítulo 22, em *A Select Library of Nicene and Post-Nicene Fathers*, 2ª série, v. 2, p. 132).

Sozomen, outro historiador da igreja do quinto século, afirma:

“O povo de Constantinopla, e de quase todas as partes, se reúne no sábado, bem como no primeiro dia da semana, costume que nunca é observado em Roma ou em Alexandria” (*Ecclesiastical History*, livro 7, capítulo 19, em *A Select Library of Nicene and Post-Nicene Fathers*, 2ª série, v. 2, p. 390).

Uma instituição pagã transplantada para o cristianismo

Com respeito a não ser o domingo conhecido como dia de repouso nos primeiros séculos, existem estas declarações no *Smith and Cheetham's Dictionary of Christian Antiquities*:

“A ideia de uma substituição convencional, por autoridade apostólica, do sábado judaico, pelo domingo, e a transferência para ele, mesmo numa forma espiritualizada, da obrigação sabática indicada ao ser promulgado o quarto mandamento, não têm base alguma, seja nas Sagradas Escrituras, seja na antiguidade cristã. [...] Essa ideia, depois incorporada no título do ‘sábado cristão’, e confirmada em ordenanças de austeridade judaica, era, até onde podemos perceber, inteiramente desconhecida nos primeiros séculos do cristianismo” (artigo “O Sábado”, p. 1.823).

Hutton Webster, doutor em filosofia, em sua obra *Rest Days*, diz o seguinte:

“Os primitivos cristãos tinham, a princípio, adotado a semana judaica de sete dias com seus dias numerados, mas, pelo fim do terceiro século d.C., esta começou a ceder terreno à semana planetária; e, no quarto e quinto séculos, as designações pagãs se tornaram geralmente aceitas na parte ocidental do cristianismo. O uso do nome de planetas pelos cristãos atesta a crescente influência das especulações astrológicas introduzidas por

conversos do paganismo. [...] Nesses mesmos séculos, a expansão dos cultos orientais do Sol, especialmente o de Mitra [adoração persa do Sol], no mundo romano, havia já levado à substituição, pelos pagãos, do *dies Saturni* pelo *dies Solis*, como primeiro dia da semana planetária. [...] Assim, gradativamente uma instituição pagã foi sendo introduzida no cristianismo” (p. 220, 221).

Corrupção do cristianismo

A observância do domingo começou em uma fase inicial da história da igreja. Sua introdução inicial não é, contudo, um argumento para sua autenticidade como obrigação bíblica. E não existe tal ordem escriturística para a observância do domingo.

Não há nenhuma autorização bíblica para a aceitação de qualquer das corrupções que foram introduzidas na igreja primitiva e que mais tarde se desenvolveram no papado. A esse respeito Dowling, em sua *History of Romanism*, observa:

“Difícilmente haverá alguma coisa que choque mais a consciência do cuidadoso estudante da antiga história eclesiástica do que a época comparativamente prematura na qual muitas das corrupções do cristianismo, as quais estão incorporadas no sistema romanista, tiveram seu surgimento; ainda que não devemos supor que, quando os primitivos originadores de muitos desses conceitos e práticas não escriturísticos plantaram esses germes de corrupção, antecipassem ou mesmo imaginassem que eles se desenvolveriam em tão vasto e hediondo sistema de superstição e erro qual o descrito pela profecia” (13ª edição, livro 2, capítulo 1, seção 1, p. 65).

O dia do Sol tomado emprestado do paganismo

Os motivos que levaram à mudança do verdadeiro sábado para o dia do Sol são a seguir descritos por um clérigo da Igreja da Inglaterra, o reverendo T. H. Morer, em seu livro *Six Dialogues on the Lord's Day*:

“Não se pode negar que tomamos emprestado o nome desse dia dos antigos gregos e romanos, e aceitamos que os antigos egípcios adoravam o Sol e, como monumento consagrado à sua veneração, lhe dedicavam esse dia. Verificamos que, pela influência de seu exemplo, outras nações, e entre estas os próprios judeus, lhe renderam homenagem. Todavia, esses abusos não levaram os pais da igreja cristã simplesmente a rejeitar completamente o dia ou seu nome, mas apenas a santificar e valorizar a ambos. Assim também fizeram com os templos antes poluídos com serviços idolátricos, e fizeram outras coisas nas quais esses bons homens estavam sempre prontos a realizar qualquer mudança além das que eram realmente necessárias, e em casos claramente incompatíveis com a religião cristã. Dessa forma, sendo o domingo o dia no qual os gentios adoravam solenemente esse astro e o chamavam dia do Sol, em parte por sua especial influência sobre esse dia, e em parte em respeito ao seu corpo divino (como o concebiam), entenderam os cristãos ser apropriado guardá-lo e conservar-lhe o mesmo nome, de maneira que não parecessem desnecessariamente obstinados, obstando assim a conversão dos gentios, e dessa forma trazendo maior preconceito contra o evangelho” (p. 22, 23).

Uma fusão de cristianismo e paganismo corrompidos

Parece, assim, que a amálgama entre o cristianismo e o paganismo corruptos que produziu o catolicismo romano foi o solo no qual também medrou o falso sábado, isto é, o domingo. O sistema católico e o domingo têm, ambos, a mesma procedência. Ambos tiveram origem no paganismo e foram enxertados na igreja cristã ao mesmo tempo. Ambos estenderam-se sobre o campo de toda a oposição e se tornaram fatores dominantes no cristianismo. Após se estabelecerem, procuraram ambos encontrar sua origem nos afastados tempos apostólicos. O papa se proclamou sucessor de Pedro e o domingo pretendeu ter sua origem no dia da ressurreição de Cristo. Nenhuma dessas pretensões era legítima, nem foi confirmada. Não obstante, essas duas fraudes se elevaram a dimensões e poder enormes, tornando-se o papa o senhor dos bispos e o domingo o senhor dos dias; mas

seu êxito lançou o Senhor da vida fora da igreja, e deixou apenas o anticristo.

Um dos apologistas desse dia pagão naqueles dias primitivos, Tertuliano, considerado pela Igreja Católica como escritor eclesiástico, escreveu um livro dirigido aos gentios que ainda se encontravam na idolatria e nele procurou fazer frente à confusão criada em virtude da adoção do dia do Sol pelos cristãos, os quais haviam dado margem ao pensamento de que todos eles estivessem aceitando a adoração do Sol. Diz ele:

“Outros, com a maior cortesia, deve ser dito, supõem que o Sol seja o Deus dos cristãos porque é bem conhecido o fato de que oramos voltados para o Oriente ou porque fazemos do dia do Sol um dia de festividade. Que, então? Fazeis vós menos do que isso? Não movimentam muitos dentre vós os lábios na direção do nascimento do Sol, com a simulação de às vezes estar adorando os corpos celestes? Sois vós, em todos os casos, que tendes sempre admitido o Sol no calendário da semana; e tendes escolhido esse dia [domingo] de preferência ao dia anterior, como o mais conveniente da semana, seja para a abstinência completa do banho, seja para sua transferência até a noite, ou ainda para repousar e para banquete. Ao recorrerdes a estes costumes, deliberadamente vos desviais dos vossos próprios ritos religiosos para os dos estrangeiros” (*Ad Nationes*, livro 1, capítulo 13, em *The Ante-Nicene Fathers*, v. 3, p. 123).

A única defesa que esse escritor cristão dos primeiros tempos pôde apresentar para a adoção do dia do Sol dos gentios foi a pergunta: “Fazeis vós menos do que isso?” Foram os pagãos, indicou ele, que “admitiram o Sol no calendário da semana”, e que preferiram o dia do Sol ao “dia precedente”, que era o sábado. Como, então, pergunta ele, podiam eles censurar os cristãos por seguirem seu próprio exemplo? Isto é, certamente, evidência suficiente com relação à causa que originou a observância do domingo.

A mais antiga lei dominical conhecida da história

A mais antiga lei dominical conhecida na história é a de Constantino, promulgada em 321 d.C. Assim reza ela:

“Devem os magistrados e as pessoas residentes nas cidades repousar, e todas as oficinas ser fechadas no venerável dia do Sol. No campo, entretanto, as pessoas ocupadas na agricultura podem livre e licitamente continuar suas ocupações; porque acontece muitas vezes que nenhum outro dia se lhe assemelha para a sementeira de sementes ou para a plantação de vinhas; tememos que, pela negligência do momento apropriado para tais operações, as bênçãos celestiais sejam perdidas.” [Promulgada aos 7 dias de março, sendo Crispo e Constantino cônsules pela segunda vez cada um.] (*Codex Justinianus*, 3.12, 13; traduzido em Philip Schaff, *History of the Christian Church*, v. 7 da edição de 1902, v. 3, p. 380).

Constantino foi imperador de Roma de 306 a 337 d.C. Foi ele adorador do Sol durante os primeiros anos do seu império. Mais tarde afirmou haver-se convertido ao cristianismo; mas, de coração, continuou venerador do Sol.

Com respeito a sua religião, diz Edward Gibbon, em sua obra *Decline and Fall of the Roman Empire*:

“A devoção de Constantino foi mais particularmente dirigida ao deus Sol, o Apolo da mitologia grega e romana; e lhe era agradável ser representado com os símbolos do deus da luz e da poesia. Os infalíveis dardos daquela divindade, o brilho de seus olhos, sua coroa de louro, a imortal beleza e os dotes graciosos pareciam apresentá-lo como o patrono de um jovem semideus. Os altares de Apolo eram adornados com as ofertas votivas de Constantino; e a crédula multidão era levada a crer que foi permitido ao imperador contemplar com olhos imortais a majestade visível de sua divindade tutelar; e que, seja acordado ou em visão, foi ele abençoado com os auspiciosos augúrios de um longo e vitorioso reinado. O Sol foi universalmente festejado como o invencível guia e protetor de Constantino” (capítulo 20, parágrafo 3).

O domingo e a adoração do Sol

A legislação iniciada por Constantino para o estabelecimento da guarda do dia do Sol é assim comentada por duas enciclopédias:

“O mais antigo reconhecimento da observância do domingo como uma obrigação legal é uma constituição de Constantino, de 321 d.C., decretando que todas as cortes de justiça, habitantes de cidades e oficinas repousassem no dia do Sol (*venerabili die solis*), exceção feita apenas àqueles que estivessem ocupados em trabalho de agricultura” (*Encyclopaedia Britannica* [11ª edição], artigo “Sunday”).

“Inquestionavelmente, a primeira lei, seja eclesiástica ou civil, pela qual a observância sabática daquele dia é conhecida como havendo sido ordenada, é o edito de Constantino, de 321 d.C.” (*Chambers’s Encyclopaedia* [edição de 1882], v. 8, p. 401, artigo “The Sabbath”).

Que essa legislação dominical não tinha ligação com o cristianismo, nota-se claramente ao serem considerados os fatos contidos na seguinte citação:

“Esta legislação de Constantino não tem certamente nenhuma relação com o cristianismo; parece, ao contrário, que o imperador, na qualidade de Pontífice Máximo, estava apenas acrescentando o dia do Sol, a adoração daquilo que estava então firmemente estabelecido no Império Romano, aos outros dias festivos do calendário sagrado” (H. Webster, *Rest Days*, p. 122, 123).

Reforçada a observância do domingo por lei

Em sequência a esse decreto inicial, imperadores e papas em sucessivos séculos acrescentaram outras leis ao fortalecimento da observância do domingo.

“Aquilo que começou, entretanto, como ordenança pagã, terminou como regulamentação cristã; e uma longa série de decretos imperiais, durante o quarto, quinto e sexto séculos, impôs com crescente rigor a abstinência do trabalho no domingo” (ibid., p. 270).

Que estes quatro passos foram dados tanto pela igreja como pelo Estado para tornar decisivo que o domingo substituísse o sábado, está

compreendido em uns poucos parágrafos escritos por um notável advogado de Baltimore, Maryland, James T. Ringgold:

“Em 386, durante o tempo de Graciano, Valentiniano e Teodósio, foi decretado que todos os litígios e negócios cessassem [no domingo]. [...]

“Entre as doutrinas estabelecidas em uma carta do papa Inocêncio I, escrita no último ano de seu pontificado (416), encontra-se aquela segundo a qual o domingo deveria ser observado como dia de jejum. [...]

“Em 425, no tempo de Teodósio, o mais moço, foi imposta a abstinência de espetáculos teatrais e de circo [no domingo]. [...]

“Em 538, no concílio de Orleans, [...] foi ordenado que todas as coisas anteriormente permitidas no domingo continuassem em vigor; mas que se abstivessem do trabalho com arado, ou em vinhas, sega, ceifa, debulha, cultivo, cercagem a fim de que as pessoas pudessem frequentar a igreja convenientemente. [...]

“Por volta de 590 o papa Gregório, em carta dirigida ao povo romano, qualificou como profetas do anticristo aqueles que ensinassem que o trabalho não devesse ser feito no sétimo dia” (*The Law of Sunday*, p. 265-267).

O último parágrafo das citações acima indica que ainda havia na igreja, mesmo em 590 d.C., aqueles que observavam o sábado bíblico e ensinavam sua observância. De fato, tal observância, por parte de uns poucos fiéis, foi sempre posta em prática através de todos os séculos cristãos. Entre os chamados valdenses havia observadores do sétimo dia.

Neander pergunta:

“Não podemos supor que dos próprios tempos antigos um grupo de cristãos judaizantes tivesse sobrevivido, dos quais esta seita [os pasaginianos, classificados como valdenses por algumas autoridades] devesse ser considerada como uma ramificação?” (*Church History, Fifth Period*, v. 6, p. 591).

As próprias leis civis e eclesiásticas que fazem referência ao desenvolvimento da legislação dominical tornam claro que Eusébio, notável

bispo da Igreja Católica, considerado o pai da história eclesiástica, e bajulador e biógrafo de Constantino, foi justificado ao afirmar:

“Todas as coisas, sejam quais forem, que houvessem sido obrigatórias fazer no sábado, estas nós as transferimos para o dia do Senhor” (citado em Robert Cox, *Literature of the Sabbath Question*, v. 1, p. 361).

A substituição do dia de Deus por um dia pagão

A substituição do sábado pelo domingo não é assunto que a Igreja Católica negue ou procure esconder. Ao contrário, ela a admite francamente e a aponta na verdade com orgulho, como evidência de seu poder de mudar até um dos mandamentos de Deus. Leiamos alguns trechos do catecismo católico.

A obra do reverendo Peter Geiermann, *The Convert's Catechism of Catholic Doctrine*, recebeu em 25 de janeiro de 1919 a “bênção apostólica” do Papa Pio X. Com referência ao assunto da mudança do sábado, diz o citado catecismo:

“*Pergunta*: Qual é o dia de repouso?

“*Resposta*: O dia de repouso é o sábado.

“*Pergunta*: Por que observamos o domingo em lugar do sábado?

“*Resposta*: Observamos o domingo em lugar do sábado porque a Igreja Católica, no Concílio de Laodiceia (336 d.C.), transferiu a solenidade do sábado para o domingo” (2ª edição, p. 50).

Foi, pelo reverendo Stephen Keenan, Arcebispo de Nova York, aprovada uma obra intitulada: *A Doctrinal Catechism*. Faz ela estas observações quanto à questão da mudança do sábado:

“*Pergunta*: Tendes qualquer outra maneira de provar que a igreja tem poder para instituir dias de guarda?

“*Resposta*: Não tivesse ela tal poder, não teria feito aquilo em que todas as modernas religiões com ela concordam – a substituição da observância do sábado, o sétimo dia, pela observância do domingo, o primeiro dia da semana, mudança para a qual não há nenhuma autorização escriturística” (p. 174).

An Abridgment of the Christian Doctrine, de autoria do reverendo Henry Tuberville, de Douay College, França, contém estas perguntas e respostas:

“*Pergunta*: Como podeis provar que a igreja tem poder para ordenar festas e dias santos?

“*Resposta*: Pelo próprio ato de mudar o sábado para o domingo, com o que os protestantes concordam; e dessa forma eles ingenuamente se contradizem, ao guardarem estritamente o domingo e transgredirem outros dias de festa maiores e ordenados pela mesma igreja.

“*Pergunta*: Como podeis provar isto?

“*Resposta*: Porque ao guardarem o domingo, eles reconhecem o poder que a igreja tem para ordenar dias de festa, e ordená-los sob a ameaça de pecado; e, ao não observarem o repouso [dos dias de festa] por ela ordenados, eles de novo reconhecem, com efeito, o mesmo poder” (p. 58).

Nem uma linha bíblica em favor da observância do domingo

O Cardeal Gibbons, em *The Faith of Our Fathers*, diz o seguinte:

“Podeis ler a Bíblia de Gênesis ao Apocalipse, e não encontrareis uma linha autorizando a santificação do domingo. As Escrituras encarecem a observância religiosa do sábado, dia que nós nunca santificamos” (edição de 1893, p. 111).

“A Igreja Católica [...] mudou o dia”

O *The Catholic Press*, de Sydney, Austrália, é claro em afirmar que a observância do domingo é de origem exclusivamente católica:

“O domingo é uma instituição católica e a reivindicação à sua observância só pode ser defendida nos princípios católicos. [...] Do princípio ao fim das Escrituras não há uma única passagem que autorize a transferência do culto público semanal do último dia da semana para o primeiro” (25 de agosto de 1900).

Em seu livro *Plain Talk About the Protestantism of Today*, Monsenhor Segur afirma:

“Foi a Igreja Católica que, por autorização de Jesus Cristo, transferiu este repouso para o domingo em memória da ressurreição de nosso Senhor. Dessa forma, a observância do domingo pelos protestantes é uma homenagem que eles prestam, contradizendo-se a si próprios, à autoridade da igreja [católica]” (edição de 1868, parte 3, seção 4, p. 225).

No ano 1893, o *Catholic Mirror*, de Baltimore, Maryland, foi o órgão oficial do Cardeal Gibbons. Em seu número de 23 de setembro daquele ano, ele publicou esta notável declaração:

“A Igreja Católica, mais de cem anos antes da existência de um único protestante, em virtude de sua divina missão, mudou o dia de sábado para o domingo. [...] O descanso cristão é, por conseguinte, neste dia, o consequente reconhecimento da Igreja Católica como esposa do Espírito Santo, sem uma palavra de protesto do mundo protestante” (reimpresso pelo *Catholic Mirror* como um folheto, *The Christian Sabbath*, p. 29, 31).

A observância do domingo sem autorização divina

Burns e Oates, de Londres, publicam livros católicos romanos, um dos quais eles se comprazem em chamar *The Library of Christian Doctrine*. Uma parte desse livro é intitulada: “Por que não guardais o dia do sábado?” e apresenta o seguinte argumento de um católico para um protestante:

“Vós me dizeis que o sábado era o repouso judaico, mas que o repouso cristão foi mudado para o domingo. Mudado! Mas por quem? Quem tem autoridade para mudar um mandamento expresso do Deus Onipotente? Quando Deus disse: ‘Lembra-te do dia do sábado para o santificar’, quem ousaria dizer: ‘Não, podeis trabalhar e fazer qualquer tipo de negócio secular no sétimo dia; mas santificareis o primeiro dia em seu lugar’? Essa é a pergunta mais importante, à qual não sei como podeis responder.

“Sois protestantes, e afirmais seguir a Bíblia e a Bíblia apenas: e mesmo nesse importante assunto, qual seja o da observância de um dia em sete como dia santificado, ides contra a clara letra da Bíblia e pondeis outro dia no lugar daquele que a Bíblia ordenou. O mandamento que ordena santificar o sétimo dia é um dos Dez Mandamentos; vós credes que os

outros nove sejam ainda obrigatórios; quem vos deu autoridade para violar o quarto? Se quiserdes ser coerentes com os vossos próprios princípios, se realmente seguís a Bíblia e ela unicamente, deveis ser capazes de apresentar alguma porção do Novo Testamento na qual o quarto mandamento seja expressamente alterado” (p. 3, 4).

Após cuidadoso exame da Bíblia, da história tanto civil como eclesiástica, dos escritos teológicos, comentários, manuais de igrejas, somos levados a concluir que não há nenhuma autorização nas Sagradas Escrituras para a observância do domingo, nenhuma autoridade concedida ao homem para fazer tal mudança do sétimo para o primeiro dia, nenhuma sanção dada à mudança feita agora; que esta substituição do verdadeiro sábado do Senhor por um falso sábado foi a obra de um movimento inteiramente anticristão, o qual adotou a observância de um dia puramente pagão e presunçosamente o implantou na igreja cristã; e que essa observância não representa obrigação alguma para os cristãos, mas deve ser imediatamente abandonada como preceito, e o verdadeiro sábado do Senhor restaurado ao seu justo lugar, tanto no coração do Seu povo como na prática de Sua igreja.

5

O mesmo sétimo dia



Embora os homens possam divergir quanto à identidade do sábado hoje, não pode haver nenhuma diferença de opinião quanto a este fato: o sétimo dia da semana da criação foi separado dos outros dias, sendo estabelecida uma distinção entre ele e os demais dias, e declarado abençoado, santo repouso do Criador. Eis o registro bíblico: “Assim, pois, foram acabados os céus e a Terra e todo o seu exército. E, havendo Deus terminado no dia sétimo a Sua obra, que fizera, descansou nesse dia de toda a Sua obra que tinha feito. E abençoou Deus o dia sétimo e o santificou; porque nele descansou de toda a obra que, como Criador, fizera” (Gênesis 2:1-3).

Se o sétimo dia foi perdido depois desse tempo, não o estava nessa ocasião. Era ele o último dia da semana, o sétimo.

Alega-se não ser possível localizar o mesmo sétimo dia da criação agora. Que, tentar identificá-lo agora, seria uma tarefa irrealizável, inteiramente impossível. As razões apresentadas para isso, afirmam, são a confusão motivada em resultado das várias mudanças do calendário entre aquele tempo e o atual, a ausência completa de calendário de qualquer espécie nos tempos primitivos e a deficiência em se conservar qualquer registro perfeito dos anos em que a Terra tem girado sobre o seu eixo através dos séculos.

Essas são as razões, afirmam, que tornam uma impossibilidade insuperável o empreendimento de encontrar o sétimo dia nesta fase avançada da história do mundo.

Entretanto, se as pessoas desejassem encontrar o sétimo dia, conseguiriam. A empreitada não é tão difícil quanto presumem que seja. Se houver genuíno desejo de conhecer a verdade, haverá sempre um meio de descobri-la.

Deus conserva registro perfeito

Deus não deixou o problema da guarda de um registro perfeito inteiramente nas mãos dos homens. Seus métodos de identificar a passagem do tempo, sua contagem dos dias, seus calendários e almanaques não precisam ser tomados como nossa única segurança para a identificação do sétimo dia. Deus tem uma maneira de cuidar de Suas próprias instituições e ordenanças, bem como de Seu próprio povo, sobre a qual devemos depositar inteira confiança, se quisermos estar seguros.

Por certo não pode haver nenhuma objeção a que Deus atribuiu grande importância à observância do sábado do sétimo dia. Ele desceu do Céu sobre o Monte Sinai e pronunciou as palavras da lei dos Dez Mandamentos a um auditório de aproximadamente três milhões de pessoas. Entre as palavras audíveis, saídas de Seus lábios, estavam estas: “O sétimo dia é o sábado do Senhor, teu Deus; não farás nenhum trabalho” (Êxodo 20:10).

Deus ligou uma muito definida e solene penalidade à violação de Sua lei. Declarou que a transgressão da lei é pecado.

“Todo aquele que pratica o pecado também transgride a lei, porque o pecado é a transgressão da lei” (1 João 3:4).

É-nos dito ser o pecado punível com a morte. “O salário do pecado é a morte” (Romanos 6:23).

Assim, podemos ver claramente que era de suprema importância saber qual era o sétimo dia. Não saber significava estar em perigo de violar a lei de Deus. E isso acarretaria a penalidade da morte.

Os dias da criação

Os dias bíblicos são os mesmos com os quais estamos familiarizados, compostos de uma parte escura, chamada tarde ou noite, e uma parte clara,

chamada manhã ou dia.

Os dias da criação não foram longos períodos de tempo, como supõem muitos, erroneamente, mas cobriram o mesmo período de tempo que os nossos – uma tarde e uma manhã, ou uma parte escura e outra clara, quando a Terra se revolveu sobre seu eixo. Isso pode ser comprovado pelo registro divino: “Disse Deus: Haja luz; e houve luz. E viu Deus que a luz era boa; e fez separação entre a luz e as trevas. Chamou Deus à luz Dia e às trevas, Noite. Houve tarde e manhã, o primeiro dia” (Gênesis 1:3-5).

Evidentemente, esse foi um dia literal com sua tarde e sua manhã, sua parte escura primeiro, e depois a parte clara.

Conforme prossegue o registro da semana da criação, a obra de cada dia termina com a declaração: “Houve tarde e manhã, o segundo dia”; “houve tarde e manhã, o terceiro dia”; “houve tarde e manhã, o quarto dia”; “houve tarde e manhã, o quinto dia”; e “houve tarde e manhã, o sexto dia” (Gênesis 1:8, 13, 19, 23, 31).

Dias literais

Nenhuma linguagem poderia ter sido mais bem escolhida pelo escrito inspirado para tornar claro o pensamento de Deus, do que essas palavras. Não há termos na língua hebraica que expressem mais eficazmente a ideia de dias literais do que as palavras aqui empregadas.

Houve um primeiro dia, um segundo dia, um terceiro dia, até o sétimo dia; cada um desses dias iniciado e terminado por uma tarde e uma manhã definidas, literais. A tradução literal do hebraico é: “Foi a tarde, foi a manhã, dia um”; “foi a tarde, foi a manhã, dia dois”, etc.

Há muitas razões para crermos que o inspirado autor dessas palavras, Moisés, o homem de Deus, entendeu que esses dias significavam dias literais e pretendia que seus leitores assim entendessem. Ele jamais teve em mente, por certo, qualquer coisa parecida com as ideias sugeridas pela moderna geologia evolucionista.

Quando Jeová desceu sobre o Monte Sinai para dar Sua lei, referiu-Se aos dias da criação como dias literais e pretendia que o povo assim os

entendesse também. A razão por Ele dada para que o dia do sábado fosse lembrado foi que “em seis dias fez o Senhor os céus, e a Terra, e o mar, e tudo o que neles há, e ao sétimo dia descansou”. Nenhum leitor imparcial pode ler essas palavras e chegar a qualquer conclusão que não a de que os *seis dias*, bem como o *sétimo* foram dias literais.

Não existe motivo algum para lhes atribuir qualquer outro significado. Se Deus criou o mundo, por que não poderia criá-lo em seis dias? Por que necessitaria Ele de um período mais longo do que aquele para trazer a matéria à existência? Não podemos ser agradecidos àqueles que, a fim de atenuar a presença de aparentes dificuldades, têm inventado a explicação puramente teórica e inteiramente visionária de vastos períodos de tempo. Tal explicação envolve dificuldades muito maiores e grandemente mais sérias do que as que ela procura evitar. Recusamos arriscar tudo e nada ganhar forçando a simples, natural e verdadeira interpretação do relato bíblico da criação.

Aqueles dias, portanto, foram dias reais, exatamente iguais aos que conhecemos agora, e não longas eras, como querem os evolucionistas.

Pode o sétimo dia original ser encontrado agora?

Nessa ocasião, Deus fez alguma coisa diferente no sétimo dia da semana da criação. Nesse dia Ele “descansou [...] de toda a Sua obra que tinha feito”. Depois, visto haver Ele repousado no sétimo dia, “abençoou Deus o dia sétimo e o santificou” (Gênesis 2:2, 3).

A pergunta que surge é: Pode aquele abençoado e santificado dia de repouso original do Criador ser agora encontrado e localizado? Não pode haver dúvida de que ele foi dado à humanidade como um sábado, de que era de fato o sábado naquele tempo e de que Deus indicou sua observância pelos homens para lhes proporcionar uma bênção e ser um meio de graça.

Mas pode ele ser encontrado agora? É possível, através de todos os séculos passados e a despeito dos calendários finitos e mutáveis, identificar perfeitamente o sétimo dia original fora de qualquer possibilidade de dúvida?

Seja isto assentado definitivamente: Deus não Se esqueceu de Seu santo dia; Ele não o deu para que se tornasse irremediavelmente perdido; não permitiu que sua preservação dependesse da computação falível dos homens, e está plenamente capacitado a apontá-lo infalivelmente àqueles que estão decididos a fazer-Lhe a vontade.

Uma instituição tão antiga quanto a história

Existe uma instituição que tem permanecido através das eras, desde os mais afastados tempos até o presente. Essa instituição é conhecida como a semana. É um período de tempo que compreende sete dias. Foi conhecida entre as várias nações e tribos em épocas passadas.

Todos os outros períodos de tempo ou agrupamentos de dias são assinalados por algum movimento dos corpos celestes. Tal não acontece com relação à semana. Não há movimento de corpos celestes – Sol, Lua, estrelas ou planetas – que determine a duração da semana.

O ano é assinalado pelo tempo que a Terra gasta para dar uma volta completa em torno do Sol. O mês é determinado pela revolução da Lua em torno da Terra. O dia é determinado pela rotação da Terra em torno do seu eixo.

Mas o período da semana é inteiramente autônomo, isto é, não existe nada na natureza que sugira tal agrupamento de dias. Nenhum corpo celeste circunda a Terra, o Sol, a Lua, as estrelas ou um planeta qualquer, ou é circundado por estes, em sete dias.

A origem da semana

Como, então, se originou a semana? Permitamos que a *Encyclopaedia Britannica* responda:

“A semana é um período de sete dias, não possuindo nenhuma relação com os movimentos celestes – uma circunstância à qual ela deva sua inalterável uniformidade. [...] Foi ela empregada desde tempos imemoriais em quase todos os países do Oriente; e como não faz ela parte integrante do ano nem do mês lunar, aqueles que rejeitam a narrativa mosaica se sentirão

embaraçados, como adverte Delambre, ao atribuir-lhe uma origem que tem muita semelhança com probabilidade” (11ª edição, v. 4, p. 988, artigo “Calendar”).

Chamamos também a atenção para as seguintes observações de Thomas Hartwell Horne, em *An Introduction to the Critical Study and Knowledge of the Holy Scriptures*:

“Uma das mais notáveis confirmações, paralela à narrativa mosaica da criação, é a aceitação geral da divisão do tempo em *semanas*, aceitação que vai desde os estados cristãos da Europa às remotas praias do Hindustão, e prevaleceu igualmente entre os hebreus, egípcios, chineses, gregos, romanos e bárbaros do norte, algumas de cujas nações tiveram pouca ou nenhuma relação com outras, e que jamais os hebreus conheceram pelo nome” (edição de 1825, v. 1, p. 163).

O Dr. Lyman Coleman afirma:

“O sete tem sido o venerável e honrado número entre as nações da Terra. Elas têm calculado seu tempo pelas semanas desde o princípio. A origem disso foi o sábado de Deus, para cuja existência Moisés deu as razões em seus escritos” (*Brief Dissertations on the First Three Chapters of Genesis*, p. 26).

Conhecido desde os mais afastados tempos

O folheto presbiteriano *The Christian Sabbath*, de número 271, diz o seguinte:

“A divisão do tempo em semanas não só não é *natural*, mas é, em certo sentido, *antinatural*, visto que a semana de sete dias não é a subdivisão exata, quer do mês, quer do ano. Este singular espaço de tempo com períodos de sete dias ainda pode ser reconstruído não somente através da história sagrada anterior a Moisés, mas em todas as civilizações antigas de cada época, muitas das quais não poderiam possivelmente ter recebido sua noção de Moisés. [...] Entre os sábios do Egito, os brâmanes da Índia, os árabes, os assírios, como se pode deduzir de seus astrônomos e sacerdotes, foi reconhecida essa divisão. Hesíodo (900 a.C.) declara que o sétimo dia é

santo. Da mesma forma Homero e Calímaco. Mesmo na mitologia saxônica, a divisão em semanas é notória. Mais ainda, mesmo entre as tribos adoradoras de espíritos maus, da África, é-nos dito que o aspecto peculiar de sua religião é um dia sagrado semanal, a violação do qual pelo trabalho trará a ira do espírito maligno. Aspectos de uma divisão semelhante do tempo foram encontrados entre os índios do continente americano. Portanto, por meio de que outra teoria podem ser explicados estes fatos, a não ser pela suposição da instituição divina de um sábado no surgimento da raça?” (*Bound Tracts*, v. 12, p. 5-7).

O sétimo dia em ininterrupta sucessão

Alexandre Campbell fundador da denominação conhecida como a Igreja Cristã, assim se expressa em seu livro *Popular Lectures*:

“Os Céus não deixaram este fato, a criação – causa de milhares de volumes – ser extraído de raciocínios abstratos, tradições viciadas, analogias ingênuas ou conjecturas especiosas, mas de uma instituição *monumental*, tão *universal* como os anais do tempo, como o nascimento das nações e como as línguas faladas pelos mortais. Uma instituição além disso, que, a despeito de seus reclamos, não apenas da sétima parte de todo o período, mas do *sétimo dia* em sequência ininterrupta, foi celebrada desde a criação até o dilúvio, durante o dilúvio e depois dele, até a entrega da lei” (p. 283, 284).

O mesmo escritor, em seu livro *Evidences of Christianity*, declara:

“O sétimo dia foi observado desde os tempos de Abraão, ou melhor, desde a criação” (p. 302).

O célebre historiador judaico, Flávio Josefo, em sua obra *Against Apion*, diz:

“Não há cidade alguma dos gregos, nem dos bárbaros, nem de qualquer outra nação, onde nosso costume de repousar no sétimo dia não haja chegado” (livro 2, parte 40, de *Works of Flavius Josephus* [edição de Winston], p. 899).

Visto que o sábado foi separado por Deus no primeiro sétimo dia do tempo terrestre, o período da semana foi conhecido já desde o começo.

É claro também que a semana era conhecida por Noé no tempo do dilúvio:

“Esperou ainda outros *sete dias* e de novo soltou a pomba fora da arca. À tarde, ela voltou a ele; trazia no bico uma folha nova de oliveira; assim entendeu Noé que as águas tinham minguado de sobre a terra. Então, esperou ainda mais *sete dias* e soltou a pomba; ela, porém, já não tornou a ele” (Gênesis 8:10-12).

Ora, o que determina de maneira tão caprichosa, na ausência de qualquer movimento dos corpos celestes, esse invariável período da semana?

Não há senão uma resposta, a saber: A infalível repetição, cada sete dias, do sábado do Senhor.

Esse sábado do sétimo dia foi observado em sequência ininterrupta através de todos os séculos passados. Não foi perdido de vista antes de Cristo. Não o foi daí para cá. Não está perdido agora. Yahweh, o seu originador, o tem preservado e indicado aos homens como Seu sábado de geração em geração.

Mais de 25 séculos após a criação, Deus teve ocasião de indicar tão definitivamente qual era o sétimo dia original que, ainda que tivesse havido qualquer confusão na mente de Seu povo antes, nada podia permanecer depois que Ele completou a identificação de Seu santo dia.

O registro daquilo que Ele fez e como identificou o dia – o sétimo dia literal, original – pode ser encontrado no capítulo 16 de Êxodo. Esse capítulo conta a história da queda do maná no deserto.

O mesmo sétimo dia indicado por Deus

“E, alçando-se o orvalho caído, eis que sobre a face do deserto estava uma coisa miúda, redonda, miúda como a geadinha sobre a terra. E, vendo-a os filhos de Israel, disseram uns aos outros: Que é isto? Porque não sabiam o que era. Disse-lhes, pois, Moisés: Este é o pão que o Senhor vos deu para comer.

“Esta é a palavra que o Senhor tem mandado: Colhei dele cada um conforme o que pode comer, um gômer por cabeça, segundo o número das vossas almas; cada um tomará para os que se acharem na sua tenda.

“E os filhos de Israel fizeram assim: e colheram, uns, mais, e outros, menos. Porém, medindo-o com o gômer, não sobejava ao que colhera muito, nem faltava ao que colhera pouco; cada um colheu tanto quanto podia comer. E disse-lhes Moisés: Ninguém dele deixe para amanhã. Eles, porém, não deram ouvidos a Moisés, antes, alguns deles deixaram dele para o dia seguinte; e aquele criou bichos e cheirava mal; por isso, indignou-se Moisés contra eles. Eles pois, o colhiam cada manhã [...] porque, aquecendo o Sol, derretia-se.

“E aconteceu que, ao sexto dia, colheram pão em dobro, dois gômeres para cada um; e todos os príncipes da congregação vieram e contaram-no a Moisés. E ele disse-lhes: Isto é o que o Senhor tem dito: Amanhã é repouso, o santo sábado do Senhor [...]. E guardaram-no até amanhã, como Moisés tinha ordenado; e não cheirou mal, nem nele houve algum bicho.

“Então disse Moisés: Comei-o hoje, porquanto hoje é o sábado do Senhor; hoje não o achareis no campo. Seis dias o colhereis, mas o sétimo dia é o sábado; nele não haverá.

“E aconteceu, ao sétimo dia, que alguns do povo saíram para colher, mas não o acharam. Então, disse o Senhor a Moisés: Até quando recusareis guardar os Meus mandamentos e as Minhas leis? Vede, visto que o Senhor vos deu o sábado, por isso Ele, no sexto dia, vos dá pão para dois dias; cada um fique no seu lugar, que ninguém saia do seu lugar no sétimo dia. Assim, repousou o povo no sétimo dia” (Êxodo 16:14-30).

Aqui o mesmo sétimo dia é indicado por Deus, sem referência aos calendários dos homens e sem necessidade alguma de consultar os registros humanos. O Originador dos dias, o Criador dos corpos celestes, o Senhor do tempo e da eternidade, digna-Se indicar a Suas falíveis, errôneas criaturas qual é Seu dia, o mesmo sétimo dia da criação. Não havia possibilidade alguma de se enganar com relação a ele. Ninguém podia verdadeiramente

dizer que não lhe era possível identificar o dia. Ele estava tão claro agora que pessoa alguma poderia perdê-lo de vista.

Três milagres semanais distintos identificaram o dia

Por meio de três diferentes milagres Deus identificou o sétimo dia: Deu maná duas vezes mais do que o comum no sexto dia; conservou esse maná inalterado durante a noite, quando em todas as outras noites anteriores ele se estragava e não podia ser conservado; e no sétimo dia, o mesmo sétimo dia da criação, o dia de Deus, o sábado abençoado, Ele impediu a queda do maná.

E esses três milagres foram repetidos cada semana, 52 semanas no ano, por 40 anos, durante a permanência dos israelitas no deserto. Isto é, 2.500 anos após a criação, o próprio Senhor do sábado teve a oportunidade de indicar cerca de 2.080 dias de sábado iguais, a fim de que não precisasse haver nenhum engano acerca da identidade do sábado.

Não, não é difícil identificar o sábado do sétimo dia. Pelo contrário, é impossível perdê-lo de vista.

Os israelitas continuaram a observar aquele mesmo dia, tão distinto, através de todos os séculos passados, sem jamais perdê-lo desde então, ou se tornarem confundidos com relação a ele. Essa observância não teve interrupção desde aquele tempo até o presente. Eles fizeram um concerto para andarem conforme a lei de Deus, especialmente no que diz respeito à observância do sábado.

E “convieram [...] num juramento, de que andariam na Lei de Deus, [...] de que guardariam e cumpririam todos os mandamentos do Senhor, nosso Deus, e os Seus juízos e os Seus estatutos; de que, trazendo os povos da terra no dia de sábado qualquer mercadoria e qualquer cereal para venderem, nada comprariam deles no sábado” (Neemias 10:29, 31).

Eles não tinham o Calendário Gregoriano, que nós temos. Não precisaram dele para contar sete. No fim de cada período de sete dias, observavam o santo sábado.

O sábado não foi alterado pelas mudanças dos calendários

Os calendários têm mudado, mas a semana jamais foi alterada desde o começo do mundo. Malgrado todos os sistemas de contagem do tempo, apesar das mudanças de um calendário para outro, não obstante todas as inexatidões dos homens, a semana permanece em sequência ininterrupta desde o começo, quando Deus trouxe à existência Sua criação. Não podeis perder de vista o sábado. Seu aparecimento e reaparecimento não dependem dos mutáveis calendários humanos, mas do onipotente poder e da onisciente sabedoria do Senhor nosso Deus.

Existindo há quatro mil anos desde a criação, uma vez mais encontramos o mesmo sétimo dia claramente indicado, desta vez no Novo Testamento, por ocasião da crucifixão e ressurreição de nosso Senhor. Eis o relato:

“Este [José de Arimateia], chegando a Pilatos, pediu o corpo de Jesus. E, havendo-o tirado, envolveu-o num lençol, e pô-lo num sepulcro escavado numa penha, onde ninguém ainda havia sido posto. E era o dia da preparação, e amanhecia o sábado. E as mulheres que tinham vindo com ele da Galileia seguiram também e viram o sepulcro e como foi posto o Seu corpo. E, voltando elas, prepararam especiarias e unguentos e, no sábado, repousaram, conforme o mandamento. E, no primeiro dia da semana, muito de madrugada, foram elas ao sepulcro, levando as especiarias que tinham preparado. E acharam a pedra do sepulcro removida” (Lucas 23:52-24:2).

Aqui, o dia no qual se deu a crucifixão, conhecido como a sexta-feira ou o sexto dia da semana, é chamado “o dia da preparação”. O dia seguinte, o sétimo, o dia no qual o Senhor da vida repousou na tumba, é explicitamente identificado como “o sábado”, “conforme o mandamento”, o mesmo sétimo dia da criação. O dia seguinte, o primeiro dia da semana, no qual nosso Senhor foi despertado da morte, não recebe nome, quer sagrado quer secular, mas é identificado apenas como o “primeiro dia da semana”.

Nessa passagem, portanto, são-nos apresentados três dias, e é claramente estabelecida a relação de um para com os outros. O dia do sábado, ainda “o sábado”, “conforme o mandamento”, é considerado, mesmo no Novo Testamento, como aquele que fica entre o sexto dia, a sexta-feira, e o

primeiro dia, agora conhecido como o domingo. Quer dizer, o domingo não é, jamais foi o sábado do Novo Testamento. Este sábado, o verdadeiro sábado de Deus, “o sábado”, “conforme o mandamento”, é o dia que fica imediatamente antes do domingo. Quando o domingo se inicia, o verdadeiro sábado já terminou.

Nenhuma possibilidade de perder de vista o sábado

Já nesse tempo o domingo estava sendo observado pelos adoradores do Sol. Mais tarde, por meio da apostasia e do afastamento de Deus, a observância do domingo foi introduzida na igreja. Jamais foi ela introduzida por autorização divina, e não faz parte do verdadeiro cristianismo.

Assim como naquele tempo o sétimo dia era observado pelos judeus, o primeiro dia o era pelos adoradores do Sol. Ambos esses dias, o sétimo e o primeiro, têm sido observados sem interrupção desde esse tempo; o sétimo dia pelos judeus e pelos cristãos observadores do sábado; o primeiro dia pelos adoradores do Sol, e posteriormente pelos cristãos guardadores do domingo. Esses dois dias, tendo sido observados dessa forma, vieram até nós em ininterrupta sequência, sendo guardados semana após semana através de todos os séculos cristãos, sem possibilidade de serem perdidos de vista.

Assim, podemos remontar à origem do sábado através de todos os anos que se estendem desde a criação até agora. Ele não se perdeu na voragem do tempo. Nenhuma mudança foi feita nele. É ele agora o mesmo sábado de quando saiu das mãos de Deus. Foi feito do sétimo dia. É sempre o sétimo dia. Repito, longe de sermos incapazes de descobrir o sétimo dia, o fato é que somos incapazes de perdê-lo de vista.

Mas, surge a pergunta: Não foi o calendário mudado muitas vezes, e não têm tais mudanças resultado da mudança do sábado? Isso, também, será estudado.

6

A mudança do calendário



O Calendário Gregoriano, agora em uso em todo o mundo, é preciso e exato. Será proveitoso, ao iniciar o estudo das mudanças que levaram à sua adoção, ter o leitor perante os olhos um exemplar desse calendário, para cuidadosa observação. Sim, é esse mesmo que você tem pendurado na parede.

Olhe especialmente a ordem dos dias da semana. O domingo é o primeiro dia, a segunda-feira o segundo, a terça-feira o terceiro, a quarta-feira o quarto, a quinta-feira o quinto, a sexta-feira o sexto e o sábado o sétimo.

Os nomes dados a esses dias na língua inglesa são todos de origem pagã. O domingo (Sunday), foi atribuído ao Sol; a segunda-feira (Monday), à Lua; a terça-feira (Tuesday), à deusa Tiw; a quarta-feira (Wednesday), ao antigo deus germânico da guerra, Woden; a quinta-feira (Thursday), ao antigo deus escandinavo do trovão, Thor; a sexta-feira (Friday), à deusa Frigga; o sábado (Saturday), ao deus Saturno. Os antigos nomes latinos desses dias, na ordem, são os seguintes: Dies Solis, Dies Lunae, Dies Martis, Dies Mercurii, Dies Jovis, Dies Veneris, Dies Saturni. Estes nomes foram dados em honra ao Sol, à Lua, e aos planetas Marte, Mercúrio, Júpiter, Vênus e Saturno, respectivamente.

É impressão geral que se registraram muitas mudanças no calendário entre o tempo de Cristo e o nosso. Isso não é verdade. Houve apenas uma: a mudança do Calendário Juliano para o Gregoriano. E essa não exerceu nenhuma influência sobre os dias da semana. Não houve nenhuma mudança nos dias da semana desde o tempo de Cristo; tampouco houve qualquer

mudança antes disso, tanto quanto os registros o demonstrem. Os dias do mês foram deslocados, ao ser adotado o Calendário Gregoriano; os dias da semana, porém, não. Continuaram imutáveis desde o começo e são agora os mesmos de toda a história passada.

O calendário que foi usado na Palestina e em todas as províncias do Império Romano dos dias de Cristo era conhecido como Calendário Juliano. Entrou ele em uso por autorização e no tempo de Júlio César, e é chamado pelo nome dele. Foi promulgado no ano 708 da cidade de Roma, cerca de 46 a.C.

Júlio César gostava de estar em evidência. Arrogou a si muitas prerrogativas. Chamou o sétimo mês pelo seu próprio nome, e por isso é ele conhecido como julho, derivado de Júlio. É-nos dito que, ao escolher um mês para chamá-lo pelo seu próprio nome, escolheu cuidadosamente o que tivesse 31 dias, pois considerava seu nome digno de um dos mais longos meses do ano. O mês seguinte contava, naquele tempo, apenas 30 dias. César Augusto, o sucessor de Júlio, não se considerava de forma alguma inferior em importância a seu antecessor e, quando chamou de Agosto o oitavo mês, acrescentou-lhe mais um dia, tirando-o de fevereiro, de maneira que agosto tem tantos dias quanto julho.

O Calendário Juliano inexato

O Calendário Juliano foi usado durante 15 séculos depois de Cristo, praticamente em todo o mundo civilizado. Não era, entretanto, um calendário exato. Supunha o ano como tendo 365 dias e um quarto, quando ele tem 12 minutos e uns poucos segundos menos do que isso. Não parece isso ser uma grande diferença, mas com o correr dos anos aumentou. Como resultado, durante o tempo do Calendário Juliano, um pouco de tempo foi sendo perdido a cada ano, isto é, ele não se baseava exatamente nos movimentos dos corpos celestes, e o resultado foi que, de ano para ano o equinócio vernal, que no tempo de Júlio César ocorreu por volta de 25 de março, retrocedeu gradualmente para o dia primeiro



de março. Cerca do começo do século 16 depois de Cristo, ocorreu por volta de 11 de março.

Foi somente no século 13 que os astrônomos começaram a escrever a respeito da inexatidão do Calendário Juliano. Alguns países da Europa desejavam tomar uma decisão no sentido de uma reforma do calendário. Mas nada foi feito durante muito tempo, porque havia necessidade de liderança e acordo, a fim de empreender a revisão do calendário, a qual o tornaria uniforme em todos os países.

Do Juliano para o Gregoriano

Por fim, foi atraída a simpatia e o interesse do próprio papado. Nos dias do papa Gregório XIII o calendário foi mudado, tendo sido feita uma correção de dez dias, a fim de que o dia 21 de março coincidisse com o equinócio vernal, onde ficara no tempo do Concílio de Niceia, em 321, quando a questão da celebração da Páscoa foi solucionada por aquele concílio da igreja (ver *Catholic Encyclopaedia*, v. 3, p. 168, 169, artigo “Calendar, reform of the”). Publicou ele uma bula, datada de 1º de março de 1582, anulando dez dias, de maneira que, o dia que deveria ser contado como 5 de outubro de 1582, foi considerado como 15 de outubro. O novo calendário recebeu o nome do papa em cujo pontificado foi instituído, o

papa Gregório. É ele, por conseguinte, conhecido como Calendário Gregoriano.

O Calendário Gregoriano, que agora você usa em seu lar, e de acordo com o qual quase todo o mundo se orienta na contagem do tempo, foi, como dissemos, introduzido por proclamação do papa de Roma em 1582 d.C. A alteração que o fez entrar em vigor, uma alteração de dez dias entre ele e o antigo Calendário Juliano, foi efetuada na sexta-feira, 5 de outubro de 1582. De maneira que os dez dias que foram eliminados, o foram apenas para que esse dia, que no Calendário Juliano era considerado 5 de outubro, fosse chamado 15 de outubro. Isso é tudo o que foi feito. E isso fez o ano do calendário coincidir com o equinócio vernal.

Nenhuma alteração no sábado

O dia ainda era sexta-feira, mas em vez de ser sexta-feira dia 5, era sexta-feira dia 15. Não houve nenhuma alteração no mês. Este continuou sendo outubro. Nenhuma alteração houve na semana. O mesmo quanto ao dia da semana. Continuou ele sendo sexta-feira. A diferença estava no dia do mês. Este era o dia 15 em lugar de ser 5. E isso é tudo.

O dia seguinte foi sábado, exatamente como o seria se o calendário não houvesse sido mudado. Com a diferença de que era 16, quando deveria ser seis. A mudança feita no calendário não ocasionou nenhuma mudança no sábado do Senhor, e não trouxe nenhuma dificuldade quanto à determinação do mesmo sétimo dia em anos posteriores.

Espanha, Portugal e Itália adotaram imediatamente o Calendário Gregoriano. Pouco depois, no mesmo ano (1582), a França o adotou, denominando o dia 10 de dezembro dia 20. Os Estados católicos da Alemanha adotaram o novo calendário no ano de 1583, mas os Estados protestantes da Alemanha conservaram o anterior, ou o Juliano, até o ano 1700. Nesse ano, os Países Baixos, como eram chamados (ou os holandeses), adotaram o novo calendário. Eles não se entendiam com o papado e por isso foram vagarosos em aceitar aquilo que consideravam procedente do papa.

A Inglaterra não adotou o novo calendário senão no ano 1752. A Suécia e a Dinamarca o aceitaram ao mesmo tempo que os Estados protestantes da Alemanha.

Durante esse tempo, enquanto alguns países faziam o cômputo do tempo por um calendário e outros, pelo outro, os dias da semana continuaram exatamente os mesmos em todas as nações. Enquanto o sábado continuava a sê-lo na Espanha, em Portugal e na Itália, o era também na Inglaterra, embora até o ano 1700 conservassem uma diferença de 10 dias em suas datas, e após 1700 tivessem uma diferença de 11 dias.

A Inglaterra recusara-se aceitar o novo calendário porque nesse tempo se encontrava na fase da fundação do que mais tarde veio a ser conhecido como a Igreja da Inglaterra, e nada queria com o papado. A diferença no cômputo das datas, entretanto, resultou em confusão e dificuldade nas transações comerciais entre a Inglaterra e o continente. Por fim, os negociantes da Inglaterra fizeram tal agitação com respeito ao assunto, que o país foi obrigado a aceitar o novo calendário, o qual foi reconhecido como exato e preciso.

No estudo da própria história, você vai observar de vez em quando, ao serem feitas referências a certas datas, as letras “S.A.” ou “N.S.” Sua finalidade é indicar se é feita referência ao calendário do sistema antigo ou ao do novo.

Mudada a data, não o dia

Foi a 2 de setembro de 1752 que o calendário do novo sistema, o gregoriano, foi aceito pelo Parlamento inglês. O decreto do Parlamento diz simplesmente que o dia seguinte a 2 de setembro seria chamado 14 de setembro. O dia era quinta-feira. No sistema antigo, ou Calendário Juliano, deveria ser quinta-feira, dia 3. O ato do Parlamento, aceitando o Calendário Gregoriano, tornou-o quinta-feira, dia 14. A diferença entre o sistema antigo e o novo, naquela época, elevou-se a 11 dias. O dia 2 de setembro foi seguido pelo dia 14 desse mês. O dia do mês foi mudado, mas não o dia da semana. O dia 2 era quarta-feira. O dia seguinte, 14, foi quinta-feira. Teria

sido igualmente quinta-feira se a mudança não tivesse sido feita. Mas seria quinta-feira, dia 3; agora era quinta-feira, dia 14. O seguinte a esse foi sexta-feira, dia 15, e em seguida o sábado, dia 16. Se a mudança não houvesse sido feita, aquele sábado seria 5 de setembro. Mas ainda seria sábado. Era o sétimo dia da semana no continente; era-o também na Inglaterra; era o sétimo dia em todas as partes. As datas fixadas no continente, para aquele dia, haviam sido diferentes na Inglaterra. Agora se tornaram as mesmas. Mas o dia não foi mudado. O dia não se perdeu. Não houve confusão quanto ao assunto. A mudança feita não afetou os dias da semana em nada. Eles continuaram, e permaneceram sempre os mesmos.

Desde 1582, quando o novo sistema de calendário foi adotado na Itália, até 1752, quando foi adotado na Grã-Bretanha, há uma diferença de 170 anos. Durante todos estes 170 anos, enquanto os países do continente Europeu estavam usando o novo sistema de calendário, a Inglaterra esteve usando o antigo. Por algum tempo eles tiveram 10 dias à parte em seus cálculos, e mais tarde 11 dias. Mas, durante todo esse tempo, os dias da semana foram sempre os mesmos tanto no continente como na Inglaterra. Não houve confusão alguma quanto a eles. Certamente essa é uma evidência convincente de que a mudança do calendário não causou nenhuma diferença nos dias da semana.

Com calendários diferentes, mas com os mesmos dias

A Rússia e a Grécia continuaram usando o calendário antigo. Elas achavam-se sob a influência da Igreja Grega, a qual não estava de acordo com a maneira de pensar de Roma; por isso não adotaram o novo calendário. Romênia, Sérvia e Turquia, entretanto, admitiram finalmente o Calendário Gregoriano em 1919, e a Rússia Soviética efetuou a mudança logo depois da revolução. Em nenhuma dessas mudanças os dias da semana foram atingidos. Por esse tempo a diferença entre os dois calendários era de 14 dias.

Conquanto as datas na Alemanha não fossem as mesmas na Rússia, os dias eram exatamente os mesmos. Quando era segunda-feira na Rússia, o

era igualmente na Alemanha, embora esses países estivessem sob calendários diferentes. Quando chegou o sábado, o sétimo dia da semana, na Alemanha, foi sábado também na Rússia, embora as datas do calendário tivessem 14 dias de diferença. Aquilo que a Enciclopédia Britânica chama de a “inalterável uniformidade” da semana jamais foi atingido pelas mudanças do calendário. Portanto, o dia do sábado não foi mudado nem alterado ou atingido no mínimo grau por tais mudanças.

Dessa forma, não permita que pessoa alguma confunda seu pensamento ao falar acerca de mudança do calendário. Os que realmente sabem como a mudança foi feita, estão certos de que a introdução do calendário não atinge de maneira alguma os dias da semana. Na verdade, o próprio calendário é um dos melhores meios de confirmar o fato indiscutível de que o sétimo dia é o mesmo da criação.

O mesmo sétimo dia da criação

Creemos que a Bíblia é a verdade. Ela ordena a observância do sétimo dia da semana. Esse sétimo dia idêntico ao da criação pode ser encontrado, caso alguém deseje encontrá-lo. E ele pode ser identificado mesmo que alguém queira fazê-lo desaparecer. Não há meio algum pelo qual possa ele ser perdido de vista. Quando o Sol se põe na sexta-feira à tarde, o mesmo sétimo dia da criação tem início. É o mesmo sétimo dia que o mandamento de Deus nos ordena guardar. Este mandamento declara: “O sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus; não farás nenhuma obra.” Por conseguinte, quando o Sol se põe na sexta-feira à tarde, você está em tempo sagrado.

A posição do protestantismo



A posição do protestantismo com referência ao sábado é geralmente confusa. Grande número de vozes se erguem, discutindo todos os aspectos da questão e apresentando argumentos que se destroem mutuamente.

Um exame dos ensinamentos oficiais das várias denominações protestantes torna claro que, ao observarem o domingo, os cristãos protestantes se estão empenhando em uma prática para a qual não existe nenhuma defesa no ensino protestante autorizado, e a qual, se levarmos em conta o princípio protestante de aceitar “a Bíblia e a Bíblia só”, deve ser abandonada.

O protestantismo começou como um protesto contra as corrupções do romanismo e apelou para a Bíblia como a única autoridade em matéria de fé e prática cristãs. Chillingworth, em sua famosa declaração, descreve a plataforma protestante em palavras que foram, deviam ser e são endossadas por todos os protestantes verdadeiros. Diz ele:

A Bíblia e apenas a Bíblia

“A Bíblia, afirmo, a Bíblia unicamente, é a religião dos protestantes! [...] De minha parte, depois de longa e (como eu verdadeiramente creio e confio) imparcial procura do ‘verdadeiro caminho da felicidade eterna’, confesso plenamente que não posso achar qualquer repouso para a planta de meu pé a não ser sobre esta rocha unicamente. Vejo perfeitamente, e com meus próprios olhos, que há papas contra papas, concílio contra concílio, alguns Pais contra outros, os mesmos Pais contra si próprios, uma

aprovação dos Pais de uma época contra a aprovação dos Pais de outra época. [...]

“Não há suficiente certeza sobre a qual o homem prudente possa construir a não ser as Escrituras apenas. Nisso exclusivamente tenho razão de crer e isso professarei; de acordo com isso viverei, e por isso, se chegar a ocasião, darei a vida não só voluntariamente, mas até alegremente, embora ficaria triste se os cristãos a tirassem de mim. Apresentai-me qualquer coisa tirada deste livro, e perguntai se creio nela ou não, e mesmo que isso pareça tão incompreensível à razão humana, eu a subscreverei com mãos e coração, como conhecendo que nenhuma demonstração pode ser mais forte do que esta: Deus falou assim; por isso, é verdade” (*The Religion of Protestants a Safe Way to Salvation* [1846], p. 463).

O Dr. John Dowling, que por vários anos foi pastor da igreja batista bereana na cidade de Nova York, escreveu uma obra intitulada *History of Romanism*, na qual repete esta afirmação de Chillingworth, e depois se baseia nela para acrescentar o seguinte:

“A Bíblia, afirmo, a Bíblia unicamente, é a religião dos protestantes!’ Não tem nenhuma importância, na opinião de um protestante genuíno, *quão cedo* uma doutrina se tenha originado, se ela não é encontrada na Bíblia. [...] Portanto, se uma doutrina for proposta para ser por ele aceita, pergunta ele: Encontra-se ela na Palavra Inspirada? Foi ela ensinada por nosso Senhor Jesus Cristo e Seus apóstolos? Se eles nada sabiam a seu respeito, não lhe importa se ela é encontrada na pasta bolorenta de algum antigo visionário do terceiro ou quarto século, ou se brota da imaginação fértil de algum moderno visionário do século 19; se não for encontrada nas Sagradas Escrituras, não apresenta ela nenhuma reivindicação válida para ser aceita como um artigo de seu credo religioso. [...] Aquele que aceita uma doutrina sequer, baseada na simples autoridade da tradição, tenha ele o nome que tiver, ao assim proceder, desce da rocha do protestantismo, transpõe a linha que separa o protestantismo do papado e não pode apresentar nenhuma razão válida por que não aceita todas as doutrinas e cerimônias mais antigas do romanismo, com base na mesma autoridade” (13ª edição, p. 67, 68).

À luz desse grande e verdadeiro princípio, chamamos a atenção para a atitude dos protestantes ao observarem o primeiro dia da semana em lugar do verdadeiro sábado de Deus, o qual é o sétimo dia. Como podem essas coisas ser conciliadas?

Os Dez Mandamentos não foram abolidos

Há alguns ensinadores religiosos hoje que afirmam ter a lei dos Dez Mandamentos sido anulada, abolida, posta de lado, cravada na cruz por Cristo e, portanto, que nenhum cristão está na obrigação de guardar o sábado. Nem mesmo sua própria fé denominacional os justificará em tal afirmação, para não falar do claro ensinamento das Sagradas Escrituras. O ensino oficial das várias corporações protestantes com relação à perpetuidade da lei de Deus está expresso nos pronunciamentos claros de seus manuais, suas disciplinas, suas confissões de fé e nas palavras de seus líderes de projeção. Nenhum deles, tanto quanto seja do nosso conhecimento, defende a ideia de que a lei de Deus foi posta de lado e já não constitui nenhuma obrigação para os homens. Na realidade, seu testemunho unânime é exatamente o contrário.

Tanto na Igreja da Inglaterra como na Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos, é costume o ministro, ao celebrar a Ceia do Senhor, recitar os Dez Mandamentos; e o povo, no final de cada mandamento, em resposta, dizer: “Senhor, tem misericórdia de nós e inclina o nosso coração a guardar esta lei.” Por certo esses ramos do protestantismo não ensinam oficialmente que os Dez Mandamentos da lei de Deus foram postos de lado.

A lei, “eterna e imutável”

O ensino oficial da denominação batista está exposto na *New Hampshire Confession of Faith* e não há naturalmente nenhum ensinamento da abolição ou mesmo da alteração da lei de Deus nesta positiva declaração:

“Cremos que as Escrituras ensinam que a lei de Deus é a eterna e imutável regra de Seu governo moral; que ela é santa, justa e boa; e que a incapacidade, que as Escrituras atribuem aos homens caídos, de cumprirem

seus preceitos, resulta inteiramente de seu amor ao pecado; livrá-los disso e restaurá-los por meio de um Mediador a uma sincera obediência à santa lei, é o grande propósito do evangelho e dos meios de graça relacionados com o estabelecimento da igreja visível” (artigo 12, citado em O. C. S. Wallace, *What Baptist Believe* [1943], p. 79).

A negação à lei destrói o evangelho

Pelo fato de os cristãos possuírem maior luz, estão mais na obrigação de observar os preceitos da lei do que os demais, salienta a Sociedade de Publicações Batista em seu Folheto nº 64, o qual declara:

“Para provar que os Dez Mandamentos são obrigatórios, peça a qualquer pessoa que os leia, um por um, e pergunte à sua própria consciência se haveria pecado em transgredi-los. É isso, ou qualquer parte disso, a liberdade do evangelho? Toda consciência que não esteja cauterizada deve responder a essa pergunta com uma negativa. [...] O Legislador e o Salvador são o mesmo; e os crentes devem estar de acordo tanto com o primeiro como com o último; mas, se menosprezarmos a lei que Cristo Se deleitou em honrar, e contestarmos nossa obrigação de a ela obedecer, como poderemos estar de acordo com Ele? Não somos antes daquele sentimento que é inimizade contra Deus, o qual não é sujeito à lei de Deus, nem em verdade o pode ser? [...] Se a lei não for uma norma de conduta para os crentes, e uma perfeita norma, eles não se acham sujeitos a nenhum padrão; ou, o que vem a ser a mesma coisa, estão sem lei. Mas, se é assim, não cometem nenhum pecado; pois *onde não há lei não há transgressão*; e, nesse caso, não têm nenhum pecado a confessar, quer a Deus, quer mutuamente; e também não se acham necessitados de Cristo, como advogado para com o Pai, nem de perdão diário através de Seu sangue. Assim, ao negar a lei, os homens destroem por completo o evangelho. Os crentes, portanto, em lugar de estarem isentos da obrigação de obedecer-lhe, acham-se sob maior obrigação de o fazer do que quaisquer homens do mundo. Estar isento disto é estar sem lei, e, por conseguinte, sem pecado;

neste caso poderíamos viver sem um Salvador, o que é completamente contrário à religião” (p. 2-6).

A graça e a expiação tornadas sem efeito pelo antinomianismo

O reverendo Andrew Fuller, eminente ministro batista, conhecido como “o Franklin da teologia”, diz o seguinte:

“Se a doutrina da expiação nos leva a alimentar ideias falsas com relação à lei de Deus, ou a negar-lhe autoridade preceituária, podemos estar certos de que ela não é a doutrina escriturística da reconciliação. A expiação relaciona-se com a justiça e esta com a lei ou a revelada vontade do Soberano, a qual fora violada; e a própria finalidade da expiação é restaurar a honra da lei. Se a lei, que foi transgredida, fosse injusta, em vez de ser providenciada uma expiação para o seu quebrantamento, deveria ela ter sido revogada, e o Legislador levado sobre Si a vergonha de havê-la ordenado. [...] É fácil notar, por conseguinte, que na proporção em que a lei é minimizada, o evangelho é solapado e, tanto a graça como a expiação são tornadas inúteis. É o uso abusivo da lei, ou o torná-la um meio de vida, em oposição ao evangelho – para o que ela jamais foi dada a uma criatura caída –, o que as Escrituras Sagradas desaprovam; e não a lei como a revelada vontade de Deus, o imutável padrão entre o direito e o erro. Desse ponto de vista foi que os apóstolos nela se deleitaram; e, se somos cristãos, nela também nos deleitaremos, e não nos oporemos a estar sob ela como uma norma de dever; pois nenhum homem se opõe a ser governado pelas leis de que gosta” (“Atonement of Christ”, em *Works of Andrew Fuller*, p. 160, 161).

A incomparável perfeição, prova da divindade da lei

Charles Spurgeon, o príncipe dos pregadores batistas, em sua obra *Perpetuity of the Law of God*, afirma:

“Jesus não veio mudar a lei, mas sim explicá-la, e isto mostra que ela permanece; pois não há nenhuma necessidade de explicar aquilo que foi revogado. [...] Ao assim explicar a lei, Ele a confirmou; Ele não poderia ter

intenção de aboli-la, do contrário não precisaria interpretá-la. [...] Que o Mestre não veio alterar a lei é claro, porque, depois de incorporá-la à Sua vida, voluntariamente Se deu a Si mesmo para levar-lhe a penalidade, embora jamais a houvesse transgredido, pagando a penalidade por nós, como está escrito: ‘Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-Se maldição por nós.’ [...] Se a lei houvesse exigido de nós mais do que deveria ter feito, teria o Senhor Jesus pago por ela a penalidade que resulta de seus tão severos preceitos? Estou certo de que não o faria. Mas pelo fato de a lei pedir apenas aquilo que deve pedir, isto é, perfeita obediência, e exigir do transgressor somente aquilo que deve exigir, a saber, morte como penalidade pelo pecado – morte sob a ira divina – por essa razão o Salvador foi para o madeiro, e ali morreu por nossos pecados e os expiou de uma vez por todas” (p. 4-7).

De novo, em seus *Sermons*, diz Spurgeon:

“A lei de Deus é uma lei divina, santa, celestial, perfeita. [...] Não há um mandamento a mais; não há nem um a menos; mas ela é tão *incomparável* que sua *perfeição* é uma prova de sua divindade. Nenhum legislador humano poderia ter trazido à existência uma lei semelhante à que encontramos no Decálogo” (v. 2, Sermão 18, p. 280).

O metodismo defende a vigência da lei

Ao nos voltarmos agora para o ensino oficial da Igreja Metodista Episcopal, encontramos aquela grande comunidade de cristãos assim defendendo a obrigação de observar a lei de Deus:

“Embora a lei dada por Deus a Moisés no tocante às cerimônias e ritos não constituísse obrigação para os cristãos, nem devessem os seus preceitos civis ser recebidos por qualquer comunidade, contudo, nenhum cristão, seja qual for, está livre da obediência aos mandamentos que são chamados morais” (*Constitution of the Methodist Episcopal Church*, “Articles of Religion”, artigo 6, em *Methodist Episcopal Church Doctrines and Discipline* [1928], p. 7).

O pai do metodismo, João Wesley, tinha muito o que dizer com relação à lei de Deus e ao dever dos cristãos de observá-la. Ele a defendeu firmemente daqueles que ensinavam sua abolição. Prestemos particular atenção às citações que seguem, todas tiradas dos escritos dele:

“A lei moral, contida nos Dez Mandamentos, e realçada pelos profetas, Ele [Cristo] não aboliu. Sua vinda não teve como objetivo revogar qualquer parte dela. Esta é uma lei que jamais pode ser anulada, que permanece firme como ‘a testemunha no Céu’ (Salmo 89:37). A lei moral encontra-se em um fundamento inteiramente diferente da lei cerimonial ou ritual. [...] Todas as partes da lei devem permanecer em vigor em todo o mundo, e em todos os tempos; pois não dependem quer de tempo quer de lugar, ou de quaisquer circunstâncias sujeitas a mudanças, mas da natureza de Deus e do homem, e de sua imutável relação de um para com o outro” (“On the Sermon on the Mount”, discurso 6, *Sermons on Several Occasions* [1810], p. 75, 76).

Wesley, sobre a perpetuidade da lei

Do mesmo sermão tiramos as seguintes citações:

“Nas mais altas fileiras dos inimigos do evangelho de Cristo estão aqueles que, aberta e explicitamente, ‘julgam a lei’ como tal, e ‘falam mal da lei’; que ensinam os homens a quebrarem (*anular, afrouxar, desprender* a obrigação de) não um apenas, seja dos menores ou dos maiores, mas todos os mandamentos de uma só vez; que ensinam, sem nenhum disfarce, em palavras como estas: ‘Que fez nosso Senhor com a lei? Ele a aboliu. Há apenas uma obrigação, a de crer. [...]’ Isto é, na verdade, tratar do assunto arbitrariamente; é resistir ao nosso Senhor e dizer-Lhe que Ele não soube dar a mensagem para a qual fora enviado. Ó, Senhor, não lhes imputes este pecado! Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem!

“A mais surpreendente de todas as circunstâncias que acompanha este grande engano é que, aqueles que a ele se entregam, creem realmente que honram a Cristo, ao Lhe destruírem a lei, e que estão magnificando o Seu serviço, ao passo que Lhe estão destruindo a doutrina! Na verdade, eles O honram da mesma forma que Judas o fez, quando disse: ‘Eu Te saúdo,

Rabi! E O beijou.’ E Ele também pode dizer a cada um deles: ‘Com um beijo trais o Filho do homem?’ Isso não é outra coisa senão traí-Lo com um beijo, zombar do Seu sangue e subtrair-Lhe a coroa; considerar levianamente alguma parte de Sua lei, sob o pretexto de promover o evangelho. Não pode, em verdade, eximir-se dessa culpa, qualquer que pregue a fé dessa maneira, pois, seja direta ou indiretamente, contribui para deixar de lado algum aspecto da obediência; que pregue a Cristo procurando anular ou enfraquecer de alguma forma o menor dos mandamentos de Deus” (ibid., p. 81, 82).

O evangelho sem significado exceto quando baseado na lei

O bispo Mateus Simpson, da Igreja Metodista Episcopal, apresentou em Yale, no ano 1878, uma série de preleções sob o título “Pregação”, a qual foi publicada mais tarde por *Eton and Mains*. Em sua quarta preleção diz ele:

“A lei de Deus [...] deve ser apresentada claramente. Nossas congregações devem ser reunidas como que em torno do Monte Sinai, enquanto de seu topo é ouvida a voz de Deus a pronunciar aqueles mandamentos que são inalteráveis e eternos em seu caráter. [...] Há muitos pregadores que gostam de insistir sobre o evangelho apenas. [...] Mas às vezes vão além disso e verberam contra a pregação da lei – insinuam que ela pertence a uma época passada, uma sociedade menos civilizada; que os homens podem ser mais facilmente movidos agora pelo amor. [...] Tal evangelho pode erigir uma bela estrutura, mas seu fundamento está sobre a areia. Nenhum verdadeiro edifício pode ser construído sem que seus fundamentos sejam cavados profundamente pelo arrependimento para com Deus. [...] A lei sem o evangelho é sombria e desesperadora; o evangelho sem a lei é ineficiente e destituído de poder. Aquela conduz à escravidão, este ao antinomianismo. Combinados, os dois produzem ‘a caridade de um coração puro, e de uma boa consciência, e de uma fé não fingida’” (p. 128, 129).

A lei jamais pode se tornar obsoleta

No *Catechism* da Igreja Metodista Episcopal, números 1 e 2, encontra-se este ensinamento catequético:

“*Pergunta*: Que requer do homem?

“*Resposta*: Obediência a Sua vontade revelada.

“*Pergunta*: Qual é a norma de nossa obediência?

“*Resposta*: A lei moral.

“*Pergunta*: Onde é a lei moral apresentada?

“*Resposta*: Nos Dez Mandamentos.

“*Pergunta*: Estão todos os cristãos sob a obrigação de guardar a lei?

“*Resposta*: Sim” (número 2, p. 38, 43; número 1, p. 18).

O bispo E. O. Haven, também da Igreja Metodista Episcopal, e por algum tempo presidente da Universidade de Michigan, disse:

“Este decálogo jamais pode se tornar obsoleto. Ele foi destinado a todos os homens, e, obedecido, cumulará a todos os homens nobres e virtuosos de bênçãos imortais. É uma espécie de consagração dos ensinamentos morais da Bíblia” (*Pillars of Truth*, p. 235).

Cristo realçou a obrigação de guardar a lei

A denominação presbiteriana não é em nada inferior a esses outros, em lealdade para com os Dez Mandamentos de Deus. O artigo V da *Confession of Faith* presbiteriana afirma claramente:

“A lei moral obrigou a todos para sempre, tanto os justificados como os outros, à sua obediência; e isto não somente com referência à matéria nela contida, mas também com respeito à autoridade de Deus, o Criador que a deu. Nem mesmo Cristo a anula no evangelho em qualquer sentido, mas reforça muito essa obrigação” (capítulo 19, seção 5, em *The Constitution of the Presbyterian Church in the United States of America* [1896], p. 88, 89).

A norma eterna de uma vida devota e santa

O grande reformador, João Calvino, comentando Mateus 5:17 e Lucas 16:17, em seu *Commentary on a Harmony of the Gospel*, assim diz:

“Não devemos supor que a vinda de Cristo nos tornou livres da autoridade da lei; pois ela é a norma eterna de uma vida devota e santa, e deve, portanto, ser tão imutável como a justiça de Deus, que a envolveu, é constante e uniforme” (v. 1, p. 277).

Em seus *Institutes*, escreveu Calvino:

“A lei não sofreu nenhuma diminuição de sua autoridade, mas deve receber de nossa parte sempre o mesmo respeito e obediência” (ii. 7, seção 15).

Jesus não aboliu nem pôs de lado os Dez Mandamentos

O Dr. Albert Barnes, notável comentarista presbiteriano, em seu comentário sobre Mateus 5:18, diz:

“As leis dos judeus estavam geralmente divididas em morais, cerimoniais e judiciais. As leis morais são aquelas que emanam da *natureza das coisas*, que não podem, por conseguinte, ser mudadas – tais como o dever de amar a Deus e Suas criaturas. Estas não podem ser abolidas, pois jamais poderá ser correto odiar a Deus ou aos nossos semelhantes. Dessa natureza são os Dez Mandamentos; e estes nosso Salvador não aboliu nem suprimiu” (*Notes, Explanatory and Practical, on the Gospel* [edição de 1860], v. 1, p. 65).

Comentando Mateus 5:19, diz o mesmo escritor:

“Aprendemos, portanto: (1) Que toda a lei de Deus é obrigatória para os cristãos. Comparar com Tiago 2:10. (2) Que todos os mandamentos de Deus devem ser ensinados, em seu lugar apropriado, pelos ministros cristãos. (3) Que aqueles que pretendem que haja leis de Deus tão pequenas que não precisem obedecer-lhes, são indignos de Seu reino. (4) Que a verdadeira piedade demonstra respeito para com *todos* os mandamentos de Deus. Comparar com Salmo 119:6” (ibid., p. 66).

Timothy Dwight, congregacionalista, declara:

“A lei de Deus é e deve necessariamente ser imutável e eterna” (*Theology*, v. 4, p. 120).

Jonathan Edwards, o grande pregador congregacionalista e, por algum tempo, presidente da Universidade de Princeton, em *The Works of Jonathan Edwards*, diz:

“Através da expiação de Cristo maior honra é concedida à lei, e, conseqüentemente, é ela mais estabelecida do que se houvesse sido executada literalmente e toda a humanidade condenada. Tudo o que concorre para maior engrandecimento da lei, contribui para estabelecer-lhe a autoridade” (edição de 1842, v. 2, p. 369).

Cristo tornou toda a lei mais penetrante

Dwight L. Moody, o grande evangelista, em seu *Weighed and Wanting*, faz estas afirmações:

“Agora os homens podem cavilar como desejarem a respeito de outras partes da Bíblia, mas não encontrei jamais um homem honesto que achasse falta nos Dez Mandamentos. Os infiéis podem mofar do Legislador e rejeitar Aquele que nos livrou da maldição da lei, mas não podem deixar de admitir que os mandamentos são corretos. Renan disse que eles são para todas as nações, e permanecerão os mandamentos de Deus através de todos os séculos.

“Deve-se fazer as pessoas entenderem que os Dez Mandamentos ainda são obrigatórios, e que há uma penalidade ligada à sua violação.

“Os mandamentos de Deus, dados a Moisés no monte, em Horebe, são tão obrigatórios hoje como o foram desde a sua proclamação aos ouvidos do povo. Os judeus diziam que a lei não foi dada na Palestina (a que pertencia a Israel), mas no deserto, porque a lei era para todas as nações.

“Jesus jamais condenou a lei e os profetas, mas reprovou aqueles que não Lhe obedeciam. O fato de Ele haver dado novos mandamentos não indica que abolisse os antigos. A interpretação deles por Cristo tornou-os ainda mais impressivos” (p. 11, 16, 15).

De aplicação universal

A posição da Igreja Luterana pode ser exposta nas palavras de um dos seus modernos catecismos:

“23. *Que espécies de leis deu Deus no Antigo Testamento?*”

“Três espécies: (1) A lei eclesiástica cerimonial; (2) A lei civil; (3) A lei moral.

“24. *Qual destas leis está ainda em vigor?*”

“A lei moral, a qual está contida nos Dez Mandamentos.

“25. *Pode esta lei ser abolida?*”

“Não; pois ela está fundamentada sobre a natureza santa e justa de Deus” (*Epitome of Pontoppidan’s “Explanation of Martin Luther’s Small Catechism”* [1935], p. 6, 7).

Em seu “Against the Antinomians”, Lutero observa:

“Admiro-me grandemente de que eu viesse a ser acusado de rejeitar a lei dos Dez Mandamentos. [...] Pode alguém pensar que o pecado existe onde não há lei? Quem quer que revogue a lei, deve forçosamente revogar também o pecado” (traduzido de *Luther’s Works* [edição de Weimar], v. 50, p. 470, 171).

Na *Life of Luther*, de M. Michelet, esse reformador é citado como havendo dito:

“Aquele que invalida a doutrina da lei, anula ao mesmo tempo a ordem política e social. Se eliminardes a lei da igreja, nenhum pecado poderá ser mais reconhecido como tal no mundo; pois o evangelho só define e pune o pecado em conexão com a lei” (livro 5, capítulo 4, tradução de Hazlitt [2ª edição], p. 315).

Podemos observar a posição da Igreja Metodista Livre através da *Free Methodist Discipline*, a qual reza da seguinte forma em seu quinquagésimo artigo:

“Nenhum cristão, seja qual for, está livre da obediência aos mandamentos chamados morais.”

Alexandre Campbell pode ser tido como o intérprete da igreja cristã. Em seu debate com Purcell, diz ele:

“As dez palavras de Deus, [...] não apenas no Antigo Testamento, mas em toda a revelação, são as mais enfaticamente consideradas como a sinopse da religião e moralidade” (*Debate on the Roman Catholic Religion*, p. 214).

O Dicionário da Bíblia de Smith declara:

“Ainda que o Decálogo seja influenciado pelo Novo Testamento, não o é no sentido de revogação ou extinção. Ele é exaltado, enaltecido, glorificado aí, mas ele próprio mantém a sua autoridade e supremacia” (edição de 1863, v. 3, p. 1.071).

No *Buck's Theological Dictionary*, em seu artigo sobre a “Lei”, há estas afirmações:

“A lei moral é aquela declaração da vontade de Deus que orienta e obriga moralmente a todos os homens, em todas as épocas e em todos os lugares, em seu inteiro dever para com Ele. Ela foi solenissimamente proclamada pelo próprio Deus no Sinai. [...] É chamada perfeita (Salmo 19:7), perpétua (Mateus 5:17, 18), santa (Romanos 7:12), boa (Romanos 7:12), espiritual (Romanos 7:14), amplíssima (Salmo 119:96)” (p. 230).

A limitação de espaço impede o acréscimo de mais citações relacionadas com a lei. Todas as denominações protestantes, entretanto, concordam em que os Dez Mandamentos da lei de Deus devem ainda ser observados pelos cristãos; que eles são um eterno e imutável padrão de justiça; e que a obrigação de observar-lhes os preceitos foi realçada por Cristo em vez de diminuída ou omitida.

Não obstante essa formal e oficial aceitação e aprovação da lei, os membros dessas comunidades observam uniformemente um dia que não é mencionado uma vez sequer nos Dez Mandamentos, bem como uniformemente negligenciam e passam por alto a observância do dia que aí está clara e distintamente ordenado.

É essa falha de viver à altura de suas próprias declarações devida a uma sincera convicção de que aquela parte da lei que ordena a observância do sétimo dia foi abolida, enquanto o resto continua em vigor? Não, absolutamente não, pois essas mesmas denominações são tão enfáticas com

relação ao quarto mandamento como no que tange aos restantes. Isso pode ser deduzido dos seus próprios escritos, aqui apresentados.

Escrevendo sobre a maneira pela qual a observância do domingo penetrou furtivamente nas práticas dos cristãos, o arqui-diácono Farrar (da Igreja da Inglaterra), em sua *The Voice From Sinai*, diz:

“A igreja cristã não fez nenhuma transferência formal, mas gradual e quase inconsciente, de um dia para o outro” (p. 167).

O Dr. Peter Heylyn (da Igreja da Inglaterra), em sua *History of the Sabbath*, diz o seguinte:

“Tomai o que desejardes, sejam os Pais ou os autores modernos, e não encontrareis nenhum dia do Senhor instituído por qualquer ordenação apostólica, nenhum movimento sabático iniciado por eles com relação ao primeiro dia da semana” (parte 2, capítulo 1, p. 28).

O bispo Jeremias Taylor, também da Igreja da Inglaterra, em seu *Ductor Dubitantium*, escreve:

“O domingo não foi colocado em lugar do sábado, mas o sábado foi inteiramente abolido, e o domingo tornou-se meramente de origem eclesiástica. Ele não foi introduzido em virtude do quarto mandamento, pois eles guardaram também por quase 300 anos o dia que estava nesse mandamento.” “Os cristãos primitivos faziam toda espécie de trabalho no domingo, mesmo nos tempos de perseguição, nos quais eles eram os observadores mais estritos de todos os mandamentos divinos; mas nisto eles sabiam que não havia mandamento” (parte 1, ii. 2, regulamento 6, seção 51, 59 [edição de 1850], v. 9, p. 458, 464).

Nenhuma lei divina faz parte do repouso do domingo

O cônego Eyton (da Igreja da Inglaterra), em sua obra *Ten Commandments*, assim se expressa:

“Não existe nenhuma palavra, nenhuma alusão no Novo Testamento acerca da abstinência do trabalho no domingo. [...] Nenhuma lei divina entra no repouso do domingo. [...] A observância da quarta-feira de cinzas

ou quaresma tem exatamente a mesma base que a observância do domingo” (p. 62, 63, 65).

O reverendo Isaque Willians (da Igreja da Inglaterra) escreve o seguinte em seus *Plain Sermons on the Catechism*:

“Onde se nos diz nas Escrituras que devemos guardar o primeiro dia? É-nos mandado guardar o sétimo; mas em nenhum lugar nos é ordenado guardar o primeiro dia. [...] A razão pela qual santificamos o primeiro dia da semana em lugar do sétimo é a mesma que nos leva a observar muitas outras coisas: não porque a Bíblia, mas porque a igreja o ordena” (v. 1, p. 334-336).

William E. Gladstone, o grande primeiro-ministro da Inglaterra, também da Igreja da Inglaterra, faz as seguintes observações em seu *Later Gleanings*:

“O sétimo dia da semana foi destituído de seus títulos de observâncias religiosas obrigatórias, e suas prerrogativas foram transferidas para o primeiro, não por algum direto preceito das Escrituras” (p. 342).

No *Manual of Christian Doctrine* (protestante episcopal) ocorre esta pergunta seguida de resposta:

“Há qualquer mandamento no Novo Testamento para mudar o dia de repouso semanal do sábado para o domingo? – Nenhum” (p. 127).

Nenhuma evidência escriturística para a mudança

Em uma Conferência de Ministros em Nova York, realizada em 13 de novembro de 1893, o Dr. Edward T. Hiscox, autor do *Manual Batista*, leu um trabalho seu sobre a transferência do sábado do sétimo dia para o primeiro. Em 16 de novembro de 1893, o *Examiner* de Nova York, jornal batista, fez menção desse estudo, descrevendo o intenso interesse manifestado pelos ministros presentes, e a discussão que se seguiu a sua apresentação. Chamamos a atenção para estas impressionantes e importantes declarações, tiradas de uma cópia desse discurso, fornecida pelo próprio Dr. Hiscox:

“Houve e há um mandamento para santificar o sábado, mas esse sábado não era o domingo. Dir-se-á, entretanto, e com certo ar de triunfo, que o sábado foi transferido do sétimo para o primeiro dia da semana, com todas as suas obrigações, privilégios e sanções. Desejando ardentemente informações sobre este assunto, o qual tenho estudado por muitos anos, pergunto: Onde pode ser encontrado o registro de tal mudança? Não no Novo Testamento, absolutamente. Não existe nenhuma evidência escriturística da mudança da instituição do sétimo para o primeiro dia da semana.

“Desejo dizer que esta questão do sábado, deste ponto de vista, é o problema mais grave e desconcertante relacionado com as instituições cristãs, que presentemente chama a atenção dos cristãos; e a única razão por que ela não é um elemento de agitação, é que o mundo cristão tem permanecido satisfeito com a convicção de que em alguma ocasião, no começo da história cristã, foi feita uma mudança. [...]

“Para mim parece estranho que Jesus, ao longo de três anos com Seus discípulos, conversando muitas vezes com eles sobre a questão do sábado, tratando de alguns dos seus vários aspectos, libertando-o de suas falsas interpretações, jamais fizesse alusão a qualquer transferência do dia; que, também, durante os 40 dias de Sua vida após a ressurreição, tal coisa não fosse insinuada. Tampouco, quanto o saibamos, o fez o Espírito, o qual foi dado para trazer-lhes à lembrança todas as coisas que Ele lhes dissera, relacionadas com essa questão. Também não o fizeram os inspirados apóstolos, ao pregarem o evangelho, estabelecerem igrejas, aconselharem e instruírem as já estabelecidas, discutirem ou tratarem desse assunto.

“Naturalmente, sei com certeza que o domingo passou a fazer parte da história da igreja cristã primitiva como dia religioso, como aprendemos por intermédio dos Pais cristãos e de outras fontes. Mas é uma pena que ele viesse estigmatizado com a marca do paganismo, e cristianizado com o nome do deus Sol, quando adotado e sancionado pela apostasia papal, e transmitido como santo legado ao protestantismo!”

Um sentimento que não se originou no evangelho

O Dr. H. Gunkel (luterano) em *Zum religionsgesch. Verstaendnis des N. T.*, diz:

“A admissão do domingo pelos cristãos primitivos é, em minha opinião, um sintoma muito importante de que a igreja primitiva foi diretamente influenciada por um sentimento que não se originou no evangelho, nem no Antigo Testamento, mas em um sistema religioso estranho para ela” (p. 76).

A Confissão de Fé de Augsburg (luterana) assim diz:

“Eles [os católicos] defendem a mudança do sábado para o domingo, contrária como pareça, ao decálogo; e não têm outro exemplo maior para apresentar do que a mudança do sábado. Precisam fazer com que o poder da igreja seja muito engrandecido, pois ela omitiu um preceito do decálogo” (Philip Schaff, *Creeds of Christendom* [4ª edição], v. 3, p. 64).

No *Theological Compend Improved*, de Binney (metodista episcopal), ocorrem estas declarações:

“É verdade que não existe nenhuma ordem clara para o batismo de crianças. [...] Tampouco existe alguma para santificar o primeiro dia da semana” (edição de 1902, p. 180, 181).

Nenhuma lei no Novo Testamento com relação ao primeiro dia

Um dicionário teológico preparado pelo inglês Charles Buck dá esta explicação:

“Sábado, na língua hebraica, significa repouso, e é o sétimo dia da semana, [...] e devemos confessar que não há lei alguma, no Novo Testamento, com relação ao primeiro dia” (p. 403, artigo “Sábado”).

Na *Bishop's Pastoral* (metodista episcopal) de 1874, há o seguinte:

“O sábado instituído no começo e constantemente confirmado por Moisés e os profetas, jamais foi revogado. Fazendo parte da lei moral, nem um jota ou til de sua santidade foi subtraído.”

O bispo E. O. Haven (metodista episcopal), em seus *Pillars of Truth*, afirma:

“O sábado foi feito para o homem; não para os hebreus, mas para todos os homens” (p. 88).

Em *The Works of President Edwards* (congregacionalista) há estas declarações com relação ao sábado:

“Outro argumento da perpetuidade do sábado nós o temos em Mateus 24:20: ‘Orai para que a vossa fuga não aconteça no inverno nem no sábado.’ Cristo está falando aqui da fuga dos apóstolos e outros cristãos de Jerusalém e da Judeia, justamente antes de sua destruição final, conforme está claro em todo o contexto, e especialmente no verso 16: ‘Então, os que estiverem na Judeia, fujam para os montes.’ Mas a destruição final de Jerusalém ocorreu após a dissolução da constituição judaica, e após a dispensação cristã ter sido plenamente estabelecida. Entretanto, está implícito nessas palavras do Senhor, que mesmo os cristãos que vivessem nessa época estavam sujeitos a uma estrita obediência ao sábado” (edição reimpressa de Worcester, 1844-1848, v. 4, p. 621, 622).

Obrigação universal e perpétua

O Dr. Archibald Hodge diz o seguinte no Folheto nº 175 da Junta Presbiteriana de Publicações:

“Deus instituiu o sábado na criação do homem, separou o sétimo dia para esse fim e ordenou sua observância como uma obrigação universal e perpétua à raça” (p. 3, 4).

Afirma o Dr. Thomas Chalmers (presbiteriano):

“Para a permanência do sábado, portanto, podemos invocar o seu lugar no decálogo, onde ele permanece abrigado entre os preceitos morais de uma retidão imutável e eterna” (*Sermons*, v. 1, p. 51, 52).

Na *Theology* de Timothy Dwight, lemos:

“O sábado cristão [o domingo] não está nas Escrituras, e não era chamado o sábado pela igreja primitiva” (Sermão 107 [edição de 1818], v. 4, p. 49).

Em seu *Ten Commandments*, diz o congregacionalista Dr. R. W. Dale:

“É claro que, embora guardemos o domingo rigorosa ou devotamente, não estamos observando o sábado. [...] O sábado foi instituído por uma ordem

específica e divina. Não podemos apoiar-nos em nenhuma ordem dessa natureza relacionada com a obrigação de guardar o domingo. [...] Não há, no Novo Testamento, uma única sentença indicando que estamos sujeitos a qualquer penalidade por violação à suposta santidade do domingo” (p. 127-129).

Situação embaraçosa

Chega, porém, de citações. O que deve ser dito da anômala situação em que o protestantismo se encontra com respeito à observância do sábado? Eis a igreja de Cristo, chamada do catolicismo romano no século 16 para se estabelecer sobre “a Bíblia e a Bíblia só”, professando lealdade ao Livro de Deus, lealdade à lei de Deus, lealdade ao sábado de Deus, lealdade para com a verdade divina e ainda assim observando um dia que a Bíblia não manda guardar nem uma única vez, e rejeitando completamente o dia que a Bíblia declara santo.

Sabedora disso, a Igreja Católica Romana não tem deixado de observar a situação embaraçosa em que seus "irmãos separados" se encontram. Talvez nenhum comentário possa ser mais bem feito do que o do órgão oficial do cardeal Gibbons, o *Catholic Mirror*, de 23 de novembro de 1893:

“O mundo protestante em sua origem [no começo da Reforma no século 16] encontrou o domingo muito fortalecido para contrariar a sua existência; foi, por essa razão, colocado sob a necessidade de aquiescer no arranjo, submetendo-se assim ao direito da igreja de mudar o dia, por mais de 300 anos. O domingo é, portanto, a partir daí, o reconhecido produto da Igreja Católica como esposa do Espírito Santo, sem uma palavra de protesto do mundo protestante.

“Vejam, agora, rapidamente, nossa segunda posição com relação à Bíblia apenas, como ensinador e guia nos assuntos de fé e moral. Este ensinador proíbe de maneira mais saliente qualquer mudança do dia por razões superiores. O mandamento requer um ‘concerto perpétuo’. O dia ordenado pelo ensinador para ser guardado jamais o foi, desenvolvendo-se assim uma apostasia de um princípio supostamente fixado, tão

contraditório, absurdo e, conseqüentemente, tão suicida que se não pode expressar com o poder da linguagem.

“Os limites da desmoralização tampouco são ainda atingidos. Longe disso. Seu pretexto de deixar o seio da Igreja Católica foi a apostasia da verdade como ensinada na Palavra escrita. Adotaram a Palavra escrita como seu único mestre, mas a abandonaram assim que fizeram essa adoção; [...] e por uma perversidade tão voluntária quão errônea, aceitam o ensino da Igreja Católica em oposição direta ao claro, invariável e contínuo ensinamento de seu único mestre no que tange à doutrina mais essencial de sua religião, realçando desse modo a circunstância na qual podem ser apropriadamente tachados como ‘um escárnio, um embuste e um laço’” (reimpresso pelo *Catholic Mirror* como um folheto, *The Christian Sabbath*, p. 31, 32).

Naturalmente, é impossível aos observadores do domingo apresentarem alguma autorização escriturística em favor de seu descaso para com o antigo sábado e sua reverência ao domingo, como resposta às afirmações da Igreja Católica, mas o verdadeiro protestante não encontra tal dificuldade, pois ele contesta imediata e energicamente o direito de qualquer igreja, por mais antiga, de mudar a lei de Deus, pois se firma sólida e inabalavelmente sobre a Palavra escrita. Esta é seu guia, e com ela está a última fonte de apelo. Sobre esta ele firma seus pés e diz como Lutero: “Aqui permaneço; não posso fazer o contrário.”

Antigas profecias da moderna observância do sábado



O ensinamento segundo o qual os cristãos de hoje devem observar o sétimo dia não é novo. Existem na Bíblia profecias que contam milhares de anos; profecias com as quais todos os cristãos devem se familiarizar e segundo as quais o povo de Deus que vivesse nos últimos tempos deveria ser observador do sábado.

O apóstolo Pedro descreve as profecias da Bíblia como “uma luz que brilha em lugar escuro” (2 Pedro 1:9). Essas profecias lançam grande quantidade de luz sobre o futuro do povo de Deus. Tornam possível ao estudante da Bíblia familiarizar-se com os deveres do povo de Deus conforme foram preditos pelas Escrituras.

Observadores do sábado dos últimos dias

As profecias do Antigo Testamento tornam claro que nos últimos dias da história da humanidade aqueles que forem leais a Deus serão observadores do sétimo dia. Em visão celestial, Isaías, contemplando o tempo do fim, o tempo em que “Minha salvação está prestes a vir, e a Minha justiça, prestes a manifestar-se” (Isaías 56:1), exclama: “Bem-aventurado o homem que fizer isto, e o filho do homem que nisto se firma, que se guarda de profanar o sábado e guarda a sua mão de cometer algum mal” (verso 2).

Essa prometida bênção relacionada com a guarda do sábado nos dias imediatamente anteriores à vinda de Cristo não é conferida aos judeus apenas, nem a qualquer classe específica de pessoas. “Aos estrangeiros que

se chegam ao Senhor, para O servirem e para amarem o nome do Senhor, sendo deste modo servos Seus, sim, todos os que guardam o sábadado, não o profanando, e abraçam a Minha aliança, também os levarei ao Meu santo monte e os alegrarei na Minha casa de oração” (Isaías 56:6, 7).

No tempo do fim, quando os homens estiverem esperando a vinda de Cristo, haverá uma mensagem de reforma do sábadado, um chamado àqueles que amam a Cristo, para se separarem do mundo com todos os seus obstáculos, a fim de observarem o verdadeiro sábadado do Senhor e para se separarem de todo o pecado e mal.

“Anuncia ao Meu povo a sua transgressão”

Nesse mesmo tempo, o tempo de espera pelo Senhor, Deus ordena a Seus mensageiros: “Clama em alta voz, não te detenhas, levanta a voz como a trombeta e anuncia ao Meu povo a sua transgressão e à casa de Jacó, os seus pecados” (Isaías 58:1).

Nos últimos dias, aqueles que professam ser o povo de Deus devem ter a atenção chamada definitivamente para alguma “transgressão” que estejam cometendo. Enquanto sua atenção não for despertada para isso, estarão sem dúvida ignorantes de que estejam cometendo erro em qualquer sentido, pois Deus, ao descrevê-los, diz: “Todavia, Me procuram cada dia, tomam prazer em saber os Meus caminhos; como um povo que pratica a justiça e não deixa o direito do seu Deus, perguntam-Me pelos direitos da justiça, têm prazer em se chegar a Deus” (Isaías 58:2).

É nesse tempo, em que aqueles que se deleitam em servir a Deus estão violando inconscientemente um dos Seus reclamos mais importantes, em que eles estão abandonando “o direito de seu Deus”, que Deus pede a Seus ministros: “Clama em alta voz, não te detenhas, levanta a voz como a trombeta e anuncia ao Meu povo a sua transgressão.”

Os fundamentos de geração em geração

Deus fala àqueles que fazem esta obra de clamar em alta voz, àqueles que apontam o preceito que Seu povo está abandonando, e lhes diz: “E os que

de ti procederem edificarão os lugares antigamente assolados; e levantarás os fundamentos de geração em geração; e chamar-te-ão reparador das roturas e restaurador de veredas para morar” (Isaías 58:12).

Que a ordenança é aquela que o professo povo de Deus dos últimos dias tem abandonado está claramente indicado nos versos seguintes: “Se desviares o pé do sábado e de cuidar dos teus próprios interesses no Meu santo dia; se chamares ao sábado deleitoso e santo dia do Senhor, digno de honra, e o honrares não seguindo os teus caminhos, não pretendendo fazer a tua própria vontade, nem falando palavras vãs, então, te deleitarás no Senhor. Eu te farei cavalgar sobre os altos da Terra e te sustentarei com a herança de Jacó, teu pai, porque a boca do Senhor o disse” (Isaías 58:13, 14).

Nos últimos dias da história da Terra, o povo de Deus é chamado a voltar-se para o quarto mandamento do Decálogo, o qual ordena a observância do sábado. Essa passagem de Isaías indica um tempo no qual aqueles que professam servir ao Senhor estariam calcando aos pés o sábado, usando-o para fins e prazeres pessoais, não lhe dando a devida honra, mas chamando-o de “judaico” e lançando descrédito sobre ele de todas as maneiras. Nesse tempo, Deus os conclama a cessarem de pisotear a Sua sagrada ordenança, e a chamarem-na santa e honrada, não apenas de lábios, mas por uma vida tão purificada pelo sangue de Cristo que se tornem os verdadeiros guardadores do sábado.

Esta é a importante mensagem para hoje: a mensagem de reforma do sábado. O Senhor previu as condições que prevaleceriam nas religiões do mundo atual, e inspirou o profeta a escrevê-las como o fez.

Reparadores da brecha

Àqueles que se empenham nesta obra de pregar a verdade do sábado ao mundo nestes últimos dias, diz Deus: “Chamar-te-ão reparador das roturas e restaurador de veredas para morar.” Deve ser de interesse saber a significação desses nomes.

Recuando um pouco no livro de Isaías e examinando o capítulo 38, deparamos com uma profecia clara, segundo a qual o professo povo de Deus, que vivesse nos últimos dias, deveria ser um povo rebelde, povo que não ouviria a Sua lei. Deus manda que Isaías escreva “isso numa tabuinha perante eles” e anote “num livro, para que fique registrado para os dias vindouros” ou, como dizem algumas traduções, para “o último dia”, “para sempre, perpetuamente. Porque povo rebelde é este, filhos mentirosos, filhos que não querem ouvir a lei do Senhor” (Isaías 30:8, 9).

Exigência de coisas aprazíveis

Esse povo rebelde, existente nos últimos dias, que não daria ouvidos à lei de Deus, é descrito nos versos seguintes como a falar aos seus guias religiosos, e a dizer-lhes: “Não profetizeis para nós o que é reto; dizei-nos coisas aprazíveis, profetizai-nos ilusões; desviai-vos do caminho, apartai-vos da vereda; não nos faleis mais do Santo de Israel” (Isaías 30:10, 11).

Eis uma profecia que não pode ser mal-interpretada. Ela diz claramente que nos dias que precedem exatamente a segunda vinda de Cristo, “os últimos dias”, haverá uma classe de pessoas que professarão servir ao Senhor, mas que são rebeldes no que diz respeito à lei; que recusam terminantemente ouvir ou atender aos ensinamentos da lei. Elas tornarão claro aos seus ministros que não desejam a verdade propriamente dita, mas “coisas aprazíveis” pregadas do púlpito. Exigirão que seus líderes religiosos se desviem “do caminho” e se apartem “da vereda”; que eles lhes falem “coisas aprazíveis” e “ilusões”.

A vereda dos mandamentos de Deus

Essa “vereda” e o “caminho” dos quais se fala aqui podem se tornar evidentes se duas ou três passagens dos Salmos forem estudadas.

“Bem-aventurados os irrepreensíveis no seu caminho, *que andam na lei do Senhor*. Não praticam iniquidade *e andam nos Seus caminhos*. Guia-me pela *vereda dos Teus mandamentos*, pois nela me comprazo” (Salmo 119:1, 3, 35).

Que o “caminho” e a “vereda” dos quais se fala na profecia de Isaías se referem à lei dos Dez Mandamentos, ainda pode ser inferido de outra passagem: “Assim diz o Senhor: Ponde-vos à margem no caminho e vede, perguntai pelas veredas antigas, qual é o bom caminho, andai por ele e achareis descanso para a vossa alma; mas eles dizem: Não andaremos” (Jeremias 6:16).

Em virtude de Seu povo se recusar a andar nas antigas veredas e no bom caminho, diz Deus: “Ouve tu, ó Terra! Eis que Eu trarei mal sobre este povo, o próprio fruto dos seus pensamentos; porque não estão atentos às Minhas palavras e rejeitam a Minha lei” (Jeremias 6:19).

Essas passagens tornam claro que os símbolos “vereda” e “caminho” se referem aos mandamentos de Deus, e que andar no caminho é guardar os mandamentos, e “apartar-se da vereda” é rejeitar a lei de Deus e desobedecer-Lhe.

Uma rotura na lei

Voltando agora a um novo estudo da notável profecia de Isaías com relação aos últimos dias e lembrando que Deus prediz que Seu povo professo nestes últimos dias não dará ouvidos à Sua lei, vamos desta vez encontrar Deus assemelhando essa rebelião a uma rotura em um muro:

“Portanto, esta maldade vos será como a brecha de um muro alto, que, formando uma barriga, está prestes a cair, e cuja queda vem de repente, num momento” (Isaías 30:13).

Dessa forma, a lei de Deus não é apenas assemelhada a uma vereda e a um caminho no qual Seu povo anda, mas também a um muro que circunda o cristão confiante e o protege dos ataques do inimigo de sua alma. Enquanto o filho de Deus permanece, pelo poder de Cristo, na observância dos Dez Mandamentos, está protegido contra o inimigo. A lei em Cristo é um muro que o protege de ser destruído. Quando ele obedece, encontra nela uma defesa contra as tentações de Satanás; quando, porém, desobedece, abre, desse modo, uma brecha em sua protetora fortaleza ou muro, e o inimigo poderá vir e destruí-lo.

Viu Deus que seria feita uma rotura em Seus mandamentos nos últimos dias. Um dos mandamentos seria tirado dentre os dez, produzindo-se uma brecha ou fenda no muro. Deus previu também que os guias religiosos do Seu povo professo dos últimos dias não dariam atenção à Sua instrução no sentido de tapar essa fenda ou brecha, mostrando o dever de observar o sábadado do sétimo dia. Além disso, eles iriam ao ponto de tentar ocultar o fato de que a brecha foi feita, e procurariam tapá-la pela substituição do verdadeiro por um falso sábadado.

“Os teus profetas, ó Israel, são como raposas nos desertos. Não subistes às brechas, nem reparastes a fenda da casa de Israel, para estardes na peleja no dia do Senhor” (Ezequiel 13:4, 5).

Faz-se referência aqui ao mesmo assunto; os mesmos símbolos empregados na profecia de Isaías são usados aqui. O tempo no qual essas coisas devem ter o seu cumprimento é o da preparação para o dia do Senhor. O dia do Senhor vem depois do dia da salvação e se refere ao dia em que ocorrerá a segunda vinda de Cristo.

“O Senhor os não enviou”

Nestes dias, pois, os profetas de Deus, os ministros têm falhado em fazer aquilo que deveriam ter feito e que Deus esperava fizessem – ensinar a lei de Deus ao povo. Fazer isso teria significado preparar um povo para estar em pé no tempo em que todas as coisas serão destruídas. Mas, em lugar disto, “veem vaidade e adivinhação mentirosa” e “dizem: O Senhor disse; quando o Senhor os não enviou; e fazem que se espere o cumprimento da palavra” (Ezequiel 13:6).

Mas sua “adivinhação mentirosa”, que diz: “O Senhor disse”, não subsistirá, pois Deus lhes diz: “Não vedes visão de vaidade e não falais adivinhação mentirosa, quando dizeis: O Senhor diz; sendo que Eu tal não falei? Portanto, assim diz o Senhor Jeová: Como falais vaidade e vedes a mentira, portanto, eis que Eu sou contra vós, diz o Senhor Jeová. E a Minha mão será contra os profetas que veem vaidade e que adivinham mentira; na congregação do Meu povo, não estarão, nem nos registros da casa de Israel

se escreverão, nem entrarão na terra de Israel; e sabereis que Eu sou o Senhor Jeová” (Ezequiel 13:7-9).

“Um edifica a parede”

É dada a razão por que eles seriam assim punidos: “Visto que, sim, visto que andam enganando o Meu povo, dizendo: Paz, não havendo paz; e um edifica a parede de lodo, e outros a rebocam de cal não adubada” (Ezequiel 13:10).

Há aqui a predição de uma tentativa a ser feita pelos guias religiosos no sentido de tapar a brecha feita na lei de Deus. Essa brecha foi a omissão do quarto mandamento da lei, o mandamento do sábado.

Agora “um” reconstrói a parede fendida, e “outros” tentam ocultar o fato de que um falso sábado, introduzido por esse “um”, tomou o lugar do verdadeiro sábado de Jeová. Eles fazem isso ao revestirem esse substituto, ou parede falsa, de “cal não adubada” para tapar a brecha.

Dessa forma, temos aqui uma profecia segundo a qual uma tentativa deveria ser feita nos últimos dias, no sentido de ocultar o fato de que o sábado de Deus foi desonrado ao ser tirado da lei, e um falso sábado colocado em seu lugar. O “um”, que construiu a “parede de lodo” (ou frágil, como diz a versão inglesa, na margem) foi a Igreja Romana. Os “outros”, que a “rebocaram com cal não adubada”, são as igrejas protestantes ao ensinarem que a mudança foi efetuada mediante sanção e autorização divina. A “cal não adubada”, com a qual procuram ocultar a verdadeira natureza do falso sábado, é a sua afirmação: “O Senhor disse”, quando o Senhor não disse tal coisa.

Fundamento a ser descoberto

O Senhor tem uma mensagem especial para aqueles que procuram ocultar os fatos reais da substituição do sábado pelo domingo: “Dize aos que rebocam de cal não adubada que ela cairá. Haverá uma grande pancada de chuva, e vós, ó pedras grandes de saraiva, caireis, e um vento tempestuoso a fenderá. Ora, eis que, caindo a parede, não vos dirão: Onde está o reboco de

que a rebocastes? Portanto, assim diz o Senhor Jeová: Um vento tempestuoso a fenderá no Meu furor, e uma grande pancada de chuva haverá na Minha ira, e grandes pedras de saraiva, na Minha indignação, para a consumir. E derribarei a parede que rebocastes de cal não adubada e darei com ela por terra, e o seu fundamento se descobrirá; assim cairá, e perecereis no meio dela e sabereis que Eu sou o Senhor” (Ezequiel 13:11-14).

Deus está dando agora ao mundo uma compreensão de Seu sábado e verdades afins. “Este evangelho do reino”, disse Cristo, “será pregado em todo o mundo, *em testemunho* a todas as gentes, e então virá o fim.” Deus diz agora àqueles que rebocam sua falsa parede de cal não adubada que “ela cairá”. Aproxima-se o tempo em que a ira de Deus contra os que tornam nula a Sua lei será despertada. Naquele dia, “o fundamento” no qual repousa a instituição dominical será “descoberto” e “vós, ó pedras grandes de saraiva, caireis”. Mas será nesse dia, em que Deus estende a mão para punir os habitantes da Terra por sua iniquidade, que os que desejarem entregar o coração e a vida em obediência a Ele o farão. Os seguidores do Cordeiro estarão prontos, e as provações terminadas (ver Isaías 26:20, 21; Apocalipse 16:17-21). O tempo de aprender a verdade acerca da questão do sábado é agora, pois “eis aqui agora o tempo aceitável, eis aqui agora o dia da salvação”. Não só é importante, mas imperativo que obedeçamos a Deus agora.

Desviando os olhos do sábado

Não pode haver dúvida de que é sobre a questão do sábado com a qual Deus está tratando em sentido figurado nesta profecia, pois, referindo-Se de novo ao mesmo símbolo da “cal não adubada” no livro de Ezequiel, Ele diz:

“Os seus sacerdotes transgridem a Minha lei, e profanam as Minhas coisas santas; entre o santo e o profano, não fazem diferença, nem discernem o imundo do limpo e dos Meus sábados escondem os olhos; e, assim, sou profanado no meio deles. Os seus príncipes no meio dela são como lobos que arrebatam a presa para derramarem o sangue, para destruírem as almas

e ganharem lucro desonesto. Os seus profetas lhes encobrem isto com cal por visões falsas, predizendo mentiras e dizendo: Assim diz o Senhor Deus; sem que o Senhor tenha falado. Busquei entre eles um homem que tapasse o muro e se colocasse na brecha perante Mim, a favor desta terra, para que Eu não a destruísse; mas a ninguém achei” (Ezequiel 22:26-28, 30).

Conquanto Deus não encontre ninguém, entre os guias religiosos, que Lhe obedeça, colocando-se sobre o muro e postando-se na brecha, Ele ainda encontra um povo através do qual faz Sua obra, pois diz: “E os que de ti procederem edificarão os lugares antigamente assolados; e levantarás os fundamentos de geração em geração, e chamar-te-ão *reparador das roturas e restaurador de veredas para morar*” (Isaías 58:12).

É, pois, claro, de acordo com essas profecias, que nos últimos dias um povo procuraria restaurar o sábadó ao seu devido lugar na lei de Deus; que eles próprios observariam o sábadó do sétimo dia; que clamariam “em alta voz”, e não se deteriam, e alçariam a voz como a trombeta sobre a Terra para mostrar ao povo de Deus a sua transgressão; que seriam compelidos a enfrentar a mais acrimoniosa oposição dos líderes religiosos de seu tempo, os quais se colocariam ao lado do papado, contra a verdade divina; que seriam reconhecidos pelo Senhor como aqueles que reparariam a brecha feita em Sua lei; e que, finalmente, como resultado de seu fervor e constância, seriam colocados sobre as alturas da Terra, e receberiam a herança de seu pai Jacó, a Nova Terra.

Arvorai uma bandeira

Outra profecia que, indubitavelmente, se refere a esse movimento final de defesa da lei, é encontrada no livro de Isaías: “Passai, passai pelas portas; preparai o caminho ao povo; aplainai, aplainai a estrada, limpai-a das pedras; arvorai a bandeira aos povos. Eis que o Senhor fez ouvir até às extremidades da Terra: Dizei à filha de Sião: Eis que a tua salvação vem; eis que com Ele vem o Seu galardão, e a Sua obra, diante dEle” (Isaías 62:10, 11).

Essa figura lembra o antigo costume de remover todos os obstáculos que se encontravam no caminho de um rei ao visitar outro rei. Uma estrada especial era feita para que ele sobre ela passasse; as pedras eram todas removidas e um porta-bandeira o precedia, enquanto um arauto lhe apregoava a chegada.

De acordo com esta profecia, alguma coisa parecida com isto deve preceder a segunda vinda de Cristo. Não há dúvida de que esta profecia tem relação com a segunda vinda de Jesus, pois diz que Ele trará consigo o Seu galardão, e Ele não fará isso enquanto não vier a segunda vez (Apocalipse 22:12). Em conexão com Sua vinda, esta profecia declara que uma estrada deve ser aplainada. Já vimos que isso se refere ao caminho dos Seus mandamentos. A profecia declara também que uma bandeira deve ser arvorada para o povo. Essa bandeira é a lei de Deus. Ela é a norma do juízo divino. Foi a norma pela qual Deus julgou Abraão. “Porque Abraão Me obedeceu e guardou Meus preceitos, Meus mandamentos, Meus decretos e Minhas leis” (Gênesis 26:5, NVI).

Ela é o padrão no qual estão resumidos todos os deveres do homem. “De tudo o que se tem ouvido, a suma é: Teme a Deus e guarda os Seus mandamentos; porque isto é o dever de todo homem” (Eclesiastes 12:13).

Essa lei é a norma pela qual a raça humana será julgada. “Qualquer que guarda toda a lei, mas tropeça em um só ponto, se torna culpado de todos. Porquanto, Aquele que disse: Não adulterarás também ordenou: Não matarás. Ora, se não adulteras, porém matas, vens a ser transgressor da lei. Falai de tal maneira e de tal maneira procedei como aqueles que hão de ser julgados pela lei da liberdade” (Tiago 2:10-12).

À luz dessas passagens, e da profecia, torna-se evidente que, como preparo para o encontro do Senhor em paz, quando Ele vier a segunda vez, uma grande mensagem deve ser pregada ao mundo, a qual ressaltará a necessidade de guardar os Dez Mandamentos.

A última igreja cristã

Quer no Novo Testamento, quer no Antigo, as mesmas verdades são tornadas igualmente claras. Em santa visão, recebida na ilha de Patmos, foi permitido ao apóstolo João olhar através dos séculos da era cristã. Viu ele a última igreja cristã, a igreja que deverá encontrar o Senhor em Sua segunda vinda. A esta igreja descreve o apóstolo como segue: “Irou-se o dragão contra a mulher e foi pelejar com os restantes da sua descendência, *os que guardam os mandamentos de Deus* e têm o testemunho de Jesus” (Apocalipse 12:17).

O “dragão” aqui representa Satanás. A “mulher” simboliza a igreja de Cristo. “O resto de Sua semente” tem que ver com o próprio fim da igreja na Terra, a igreja nos dias da segunda vinda de Cristo. Essa igreja é aqui apontada como possuindo duas marcas distintas: primeiro, ela guarda os mandamentos de Deus; segundo, possui o dom de profecia, que é o testemunho de Jesus Cristo (Apocalipse 19:10). Essa última igreja será uma igreja observadora do sábado, pois jamais poderá ser dito que uma igreja guarda os mandamentos de Deus, se não guarda o sábado. A igreja que guarda apenas nove dos mandamentos de Deus é transgressora dos mandamentos. A última igreja é guardadora dos mandamentos, uma igreja que guarda o sábado.

Ao olhar novamente através dos séculos, o apóstolo João vê a última mensagem do evangelho sendo pregada “a toda nação, e tribo, e língua, e povo” (Apocalipse 14:6). Essa mensagem é por ele descrita no capítulo 14 do Apocalipse. A mensagem é tríplice e, ao ser completada, Cristo aparece nas nuvens dos céus para ceifar a seara da Terra (Apocalipse 14:14, 15). Portanto, essa deve ser a mensagem final a ser anunciada ao mundo. João vê também o povo que transmitirá a mensagem, e o descreve da seguinte forma: “Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus” (Apocalipse 14:12).

Assim, tanto no Antigo como no Novo Testamento, Deus torna claro ao investigador da Bíblia que cada cristão se acha sob a obrigação de observar todas as partes de Sua lei. Essa lei deve ser a prova da fé do Seu povo nos últimos dias. E aqueles que resistirem à prova com confiança receberão esta

bênção prometida: “Bem-aventurados aqueles que lavam as suas vestiduras no sangue do Cordeiro, para que tenham direito à árvore da vida e possam entrar na cidade pelas portas” (Apocalipse 22:14). A tradução à margem diz: “Bem-aventurados aqueles que guardam os Seus mandamentos.”

Completando uma reforma interrompida



A crise mais desconcertante de toda sua história é enfrentada agora pela Igreja cristã. A fé das pessoas na Bíblia como a inspirada e autorizada Palavra de Deus está sendo destruída, não apenas pelos ataques de fora da igreja, mas por aqueles que ocupam posições de confiança em seus púlpitos.

As perniciosas influências do modernismo, a crítica destrutiva, o espiritismo, a evolução e a relutância do ministério das várias igrejas para aceitarem os claros ensinamentos da Bíblia em lugar de sua teologia sectarista, estão deixando o povo distante dos grandes ensinamentos fundamentais das Escrituras e levando-o a depositar sua confiança na teologia de feitura puramente humana.

A orientação do mundo cristão está longe das verdades simples da Palavra de Deus. Isso se deve ao fato de terem penetrado na igreja, em anos recentes, muitas teorias falsas, produto de maquinação puramente humana. A tendência dessas teorias é levar os homens a porem sua confiança e esperança de salvação nos homens, no esforço humano, em sistemas de urdidura humana, em vez de em Deus e no grande plano por Ele estabelecido para a salvação da humanidade. Esses falsos princípios e teorias fantásticas estão tomando o lugar, na mente das multidões, do **puro** evangelho de Cristo.

Esses falsos ensinamentos estão banindo a fé das pessoas na Bíblia como a Palavra de Deus. E esses ataques às verdades fundamentais do cristianismo não são, como antigamente, de fora da igreja. Já se foi o tempo em que a

igreja era compelida a se defender de antagonismos exteriores. Os infiéis, ateístas e agnósticos sempre encontraram sua satisfação em apontar aquilo que consideram os erros da Bíblia, e rir-se daquilo que denominam a credulidade do povo de Deus nas Escrituras. Mas eles eram reconhecidos inimigos da cruz de Cristo e jamais foi problema difícil fazer frente e anular os ataques deles.

Uma nova apostasia

Mas a situação mudou. Agora esses inimigos da verdade encontram-se dentro da igreja, entrincheirados em posições de grande poder e influência nos púlpitos, nos seminários teológicos, nas grandes casas publicadoras cristãs. Dessas posições vantajosas eles estão dirigindo um novo ataque, o mais formidável ataque contra a Palavra de Deus e seus ensinamentos inspirados.

Na verdade, esta é uma nova apostasia. Minando seus próprios fundamentos, envenenando todas as fontes de sua vida, essas forças estão destruindo a igreja, enquanto professam ser seus amigos. Como seu divino Mestre, a Bíblia, a Palavra de Deus, está sendo ferida “na casa dos Meus amigos” (Zacarias 13:6).

Por isso, o chamado hoje é no sentido de um retorno às verdades antigas, um regresso à primitiva fé da Bíblia. A grande necessidade do momento não é apenas de uma fé cristã, mas também de uma experiência fundamentada na Bíblia e na Bíblia apenas.

Durante a Idade Média, a verdade do evangelho esteve eclipsada pelas trevas e erros das falsas doutrinas que foram trazidas do paganismo para dentro da Igreja. A superstição e a ignorância reinaram supremas no coração dos homens, excluindo o conhecimento da maioria das gloriosas verdades da Bíblia.

Martinho Lutero foi o que mais se salientou entre os que foram chamados por Deus para tirar o mundo das trevas de um falso sistema de religião e levá-lo a uma fé mais pura. Ele era devotado, ardente, zeloso. Não possuía nenhum temor, senão o de Deus, e não reconheceu outro fundamento para a religião a não ser as Escrituras Sagradas. Era de modo todo especial o

homem para o seu tempo. Por meio desse homem e de seus fiéis associados, Deus levou a cabo uma grande obra no que diz respeito à reforma da igreja, e à iluminação do mundo.

O progresso da reforma

Mas Deus não revelou todas as verdades a Lutero. Ele pretendia que a Reforma fosse uma obra progressiva, que os homens conservassem a mente aberta ao examinarem as Escrituras, e estivessem sempre dispostos a aceitar tanta luz nova quanta, em Sua providência, Ele lhes enviasse. E, não obstante, quando Lutero morreu, aqueles que estiveram associados com ele não continuaram a estudar todas as verdades divinas. Seus seguidores reuniram aquilo em que ele creu e disso fizeram um credo. Eles se apegaram àquele credo como se houvessem ido o mais longe possível no conhecimento da verdade.

Deus tinha outras verdades a revelar ao mundo, mas, ao adotarem um credo baseado nas crenças de Lutero, os seguidores desse reformador tornaram impossível a Deus transmitir novas verdades ao mundo por seu intermédio. Quando as pessoas se recusam a aceitar qualquer coisa a mais do que aquilo que se encontra compreendido em seus credos, colocam-se a si mesmas fora do alcance de nova luz.

Outros homens foram igualmente chamados por Deus para levar avante a obra da Reforma. Chamou Knox e Calvino e realizou por meio deles uma grande obra ao tornar conhecidos os princípios do evangelho. Essa obra devia ter continuado até agora. Os que aceitaram a verdade deveriam ter estudado a Bíblia ininterruptamente, para dessa forma chegarem mais e mais ao conhecimento da verdade, e a pregarem ao mundo. Em vez disso, porém, cometeram o mesmo erro que foi cometido antes. Outras denominações foram criadas. Foram elaborados credos dos ensinamentos de Knox e Calvino, e seus seguidores a eles se apegaram como se aquilo fosse a suma de toda a verdade.

Deus induziu ainda outros homens a promoverem a causa de Sua verdade. Ele se propôs revelar ao mundo a verdade em toda a sua plenitude, e

procurou homens mediante os quais isso pudesse ser feito. Reformadores surgiram também na Inglaterra. Mas, posto que renunciassem alguns dos erros de Roma, retiveram muitas de suas formas. Dessa maneira, ao passo que a autoridade e o credo de Roma eram rejeitados, não pouco de seus costumes e cerimônias foi incorporado ao culto da Igreja da Inglaterra.

“Um lamentável infortúnio”

Deus deu maior luz e verdade aos Pais Peregrinos, bem como aos Puritanos. Eles inicialmente desejaram retornar à simplicidade e pureza da igreja apostólica, mas foram perseguidos e expulsos da Inglaterra e vieram para a América. Que alguns deles compreenderam claramente a atitude correta que todos os homens devem assumir para com a verdade, infere-se das declarações contidas no sermão de despedida de um de seus pastores, John Robinson, pronunciado em uma das praias da Holanda quando os Peregrinos estavam prestes a partir para a América. Disse ele:

“Irmãos, dentro em pouco nos separaremos, e só o Senhor sabe se ainda viverei para ver a vossa face novamente. Mas quer o Senhor haja indicado isso ou não, concito-vos diante de Deus e Seus benditos anjos a que não me sigais mais do que eu tenho seguido a Cristo. Se Deus vos revelar qualquer coisa por meio de outro instrumento Seu, sede tão prontos a receber isso como o fostes para receber qualquer verdade do meu ministério, pois estou certo de que o Senhor ainda tem mais verdades e mais luz para fazer brotar de Sua santa Palavra” (W. Carlos Martyn, *The Pilgrim Fathers of New England* [1867], p. 70).

“De minha parte, não posso lamentar suficientemente a condição das igrejas reformadas, as quais foram até um ponto da religião e não irão além daquilo que foram os instrumentos de sua reforma. Os luteranos não foram além daquilo que Lutero viu, [...] e os calvinistas, como vedes, permaneceram onde foram deixados por aquele grande homem de Deus, o qual, não obstante, não viu todas as coisas. Isso é lamentável, pois embora eles fossem luzes nos seus dias, não penetraram em todo o conselho de Deus; mas estivessem vivendo agora, estariam dispostos a aceitar mais luz

do que a que receberam no princípio” (Daniel Neal, *History of the Puritans* [1848], v. 1, p. 269, 270).

“Lembrai-vos do vosso concerto com a igreja, no qual prometestes andar em todos os caminhos do Senhor, quer os já por vós conhecidos, quer os que viessem a sê-lo. Lembrai-vos da vossa promessa e pacto com Deus e uns com os outros no sentido de receber toda luz e verdade trazida ao vosso conhecimento por Sua Palavra escrita; mas, por outro lado, observai, vos peço, aquilo que receberdes por verdade e comparai-o com outras passagens das Escrituras antes de o aceitardes; pois não é possível que o mundo cristão saia tão prontamente de trevas anticristãs tão grosseiras, e que a perfeição total do conhecimento surja de uma vez” (*The Pilgrim Fathers of New England*, p. 70, 71).

Esse foi um excelente conselho, não há dúvida, e devia ter sido cuidadosamente atendido e conscienciosamente obedecido, como de fato o foi, pelos peregrinos em Plymouth, durante algum tempo. Mas assim que os puritanos se estabeleceram na Baía de Massachusetts, no Novo Mundo, violaram todos os princípios do cristianismo e do protestantismo ao criarem uma teocracia e se darem ao trabalho de perseguir os dissidentes. Eles próprios não foram além de seu credo de feitura humana; nem permitiriam que qualquer pessoa o fosse.

Retardado o progresso da verdade

Os irmãos Wesley foram chamados por Deus e realizaram uma poderosa obra evangélica. Mas Deus ainda tinha mais verdades a revelar ao mundo. Quando os homens aceitaram apenas certas verdades, e destas fizeram credos, negando-se a receber outras verdades além das que se achavam dentro dos estreitos limites de suas crenças, colocaram-se longe de Deus; limitaram o Santo de Israel. Os seguidores de John Wesley cometeram o mesmo erro praticado por aqueles que os haviam precedido, selecionando algumas poucas das muitas verdades que Deus tinha para o mundo, resumindo estas a um credo escrito e excluindo assim a adicional luz do Céu. Desse modo, foi necessário que Deus escolhesse pessoas fiéis e

honestas que transmitissem ao mundo não só as verdades que os Wesley pregaram, como também a luz adicional revelada por Deus.

Uma das mais solenes e, todavia, mais gloriosas verdades reveladas na Bíblia é a da segunda vinda de Cristo à Terra para completar a grande obra da redenção. Essa verdade é a nota tônica das Sagradas Escrituras, pois ela constitui a consumação de todas as esperanças da igreja cristã.

O tempo se aproximava, no qual essa grande verdade deveria ser pregada ao mundo. Era propósito de Deus revelar essa doutrina àqueles a quem havia chamado para serem líderes no mundo da reforma, e pregá-la por meio deles. Mas, por seu procedimento, colocaram-se fora do alcance dessa nova verdade. Por esse motivo, quando chegou o tempo de a mensagem de Sua segunda vinda ser pregada a todo o mundo, Ele julgou necessário iniciar novamente outro movimento fora das igrejas estabelecidas, o qual levaria aos confins da Terra a proclamação da segunda vinda de Cristo.

Juntamente com a mensagem de Sua vinda, Deus tomou providências para que todas as verdades que haviam sido falsificadas e ocultadas durante a Idade Escura, fossem novamente tornadas claras à família humana, de tal forma que na Sua vinda a plenitude da verdade pudesse ser revelada ao mundo. Muitas das corporações protestantes, ao se separarem de Roma, tinham trazido em seu bojo alguns dos erros de Roma.

A restauração do sábado

Entre esses erros estava a guarda do primeiro dia da semana em lugar do verdadeiro sábado de Deus, o sétimo dia. A observância do sábado foi mudada pela Igreja de Roma, e muitos protestantes, não tendo investigado sua origem, aceitaram-no juntamente com outras coisas que não haviam examinado. Na última mensagem que Deus se propôs enviar à família humana que vivesse imediatamente antes de Seu retorno à Terra, a confusão concernente a essa questão deveria se aclarar, e o verdadeiro sábado de Deus ser restaurado a seu devido lugar no evangelho e no coração de Seu povo.

Por conseguinte, em adição ao conteúdo da verdade da segunda vinda de Cristo, a mensagem final de Deus compreenderia também a verdade sobre a questão do sábado. Quando esta é pregada ao povo, acha-se ele na mesma obrigação de aceitá-la e pôr sua vida em harmonia com ela, assim como estavam os homens dos dias de Lutero, de andarem na luz que Deus fez brilhar sobre seu caminho.

Entre os erros que foram trazidos da Igreja de Roma para dentro de algumas igrejas protestantes, estão os ensinamentos concernentes ao tormento eterno, o batismo infantil e o batismo por aspersão. Nenhuma dessas coisas tem qualquer fundamento nos ensinamentos da Bíblia. Nesta última mensagem, que deve ir a todo o mundo, todos os erros devem ser abandonados por aqueles que receberem de Deus a verdade em sua plenitude.

Por esse motivo, pode-se notar que a mensagem da segunda vinda de Cristo e a guarda dos mandamentos de Deus não são apenas a mensagem final do evangelho, mas a complementação da Reforma do século 16, a qual foi retardada até agora e paralisada pela formação de credos denominacionais.

É de vital importância a todos os cristãos precaverem-se contra o estarem obrigados por credos escritos, não importa quão perfeitos possam parecer. Ainda há mais luz a ser extraída da Bíblia, e, quando Deus no-la revela, devemos nos achar em tal atitude mental que se torne possível aceitá-la. Os cristãos não devem ter outro credo que não a própria Bíblia. A fé deve ser edificada sobre ela, e, caso descobramos estar crendo em qualquer coisa que não seja fortalecida pelos ensinamentos da Bíblia, deve essa crença ser abandonada de uma vez por todas. A Bíblia, e exclusivamente a Bíblia, deve ser a base da religião do cristianismo.

Neste tempo, em que homens de grandes conhecimentos e elevada posição nas igrejas estão empenhados em provar que a Bíblia não é verdadeira, é necessário que o homem de fé se fortaleça com a proteção que deve ser encontrada na verdade da Bíblia. Estude a Bíblia com ardor, espírito de investigação e diligência, e permita que seus benditos princípios sejam incorporados à sua vida.

“Portanto, tomai toda a armadura de Deus, para que possais resistir no dia mau e, depois de terdes vencido tudo, permanecer inabaláveis. Estai, pois, firmes, cingindo-vos com a verdade e vestindo-vos da couraça da justiça. Calçai os pés com a preparação do evangelho da paz; abraçando sempre o escudo da fé, com o qual podereis apagar todos os dardos inflamados do maligno. Tomai também o capacete da salvação e a espada do Espírito, que é a Palavra de Deus; com toda oração e súplica, orando em todo tempo no Espírito e para isto vigiando com toda perseverança e súplica por todos os santos” (Efésios 6:13-18).

Andando na luz



Não existe mais elevado dever atribuído a qualquer ser racional do que saber pelas Escrituras qual é a verdade. Diariamente deve a Bíblia ser estudada com diligência. Cada pensamento que surge na mente deve ser cuidadosamente ponderado e escritura comparada com escritura. Nesse sentido, com a ajuda do Espírito de Deus, formaremos nossas opiniões por nós mesmos, pois devemos nos lembrar de que deveremos responder por nós mesmos diante de Deus.

Se a Palavra de Deus for assim estudada, o conhecimento da verdade será comunicado. Investigando as Escrituras, seremos guiados, passo a passo, a toda a verdade. Quando a luz da verdade é compreendida, deve ser posta em prática. Somente assim serão comunicadas mais verdades. Quando os homens andam na luz que possuem, mais luz lhes será dada. Eles não podem esperar ser guiados pelo Espírito de Deus, a menos que sigam todo o caminho. Jamais surgirá uma ocasião na experiência cristã na qual seja correto recuar, quando a verdade é revelada através da Palavra de Deus por Seu Espírito. A luz se transformará em trevas, se as pessoas recusarem nela andar.

Deus enviará sempre mais luz a Seu povo até o fim do tempo. Brotando constantemente da Bíblia, novas verdades surgirão, verdades que não estão contidas nos credos das igrejas. Assim tem acontecido sempre. Lutero foi chamado por Deus para aceitar nova luz e assim o fez; e o resultado se verificou na grande Reforma do século 16. Da mesma forma Calvino, Knox e Wesley encontraram nova luz e nela andaram.

Uma mensagem contendo verdades avançadas

E agora, nestes dias, Deus enviou uma mensagem a todo o mundo, um aviso da proximidade da segunda vinda de Cristo. Nessa mensagem está contida nova luz. É ela a verdade para este tempo, e todos os que a ouvirem são chamados a aceitá-la.

Nessa mensagem está a nova luz sobre a questão do sábado, da natureza do homem, do estado dos mortos, da recompensa dos justos, do destino dos ímpios e do milênio. Um grande conflito entre a verdade e o erro acha-se justamente à nossa frente; o conflito final da secular controvérsia entre o pecado e a justiça. Apenas aqueles que têm fortalecido a mente com as grandes verdades da Bíblia permanecerão firmes durante os tempos difíceis que logo enfrentaremos. A toda alma será feita a indagadora pergunta: Obedecerei a Deus mais do que ao homem? Na verdade, já nos encontramos nessa hora decisiva. Onde você está? Estão seus pés firmados na sólida rocha, a Palavra de Deus? Está você firme na defesa dos mandamentos de Deus e da fé de Jesus?

Seguir os claros ensinamentos da Bíblia nesta “era progressista” é considerado por muitos, mesmo por alguns ensinadores religiosos, atraso e desvantagem. Não desejam ouvir e seguir os ensinamentos do Salvador; preferem subscrever um credo mais liberal.

Relutância em investigar a verdade

A religião pura de Cristo está sendo obscurecida pelo frio formalismo e pelo poder do credo. Sabemos que a era presente é uma das mais liberais em assuntos religiosos e que os verdadeiramente piedosos são revestidos de grande largueza da mente. Dessa forma, dezenas de milhares de pessoas estão deixando que seus pregadores pensem por elas. O resultado é que há multidões que não são capazes de dar outra razão para as coisas em que creem, a não ser que foram ensinadas assim por seus pastores. Esse caminho está bem batido, havendo muitos que são relutantes em andar fora dele e fazer uma independente investigação da verdade. Muitos estão satisfeitos por seguirem os passos de homens eruditos; ao hesitarem

investigar a verdade por si mesmos, são conservados permanentemente nas correntes do erro.

A verdade veio ao mundo, mas os homens amaram mais as trevas do que a luz. Estão seguindo o caminho do erro e se comprazem em assim fazer. Se os discípulos de Cristo ressuscitassem hoje e viessem ensinar em nossas cidades, tão aflitos pela pobreza e a fome como o foram quando ensinaram nas colinas da Galileia, e visitassem algumas das magnificentes igrejas que são chamadas pelos nomes desses mesmos discípulos, onde os adoradores se sentam vestidos de púrpura e linho fino, e os modernos fariseus se tornam manifestos por sua indiferença: “Ó Deus, graças Te dou porque não sou como os demais homens” – se eles viessem, não lhes seria permitido apresentar sua mensagem da verdade enquanto não fossem interrogados quanto à filiação religiosa e submetidos a um exame, no qual lhes seria exigido dar seu assentimento às doutrinas e credos, dos quais jamais ouviram antes.

As trevas podem tomar o lugar da luz

“Respondeu-lhes Jesus: Ainda por um pouco a luz está convosco. Andai enquanto tendes a luz, para que as trevas não vos apanhem; e quem anda nas trevas não sabe para onde vai. Enquanto tendes a luz, crede na luz, para que vos torneis filhos da luz” (João 12:35, 36).

A rejeição da luz, da verdade, leva as pessoas a andar nas trevas, em erro. Muitos ouvem a mensagem final de Deus. Alguns a aceitam, outros a rejeitam. O resultado da rejeição consiste em andar nas trevas, em lugar da luz, “e quem anda nas trevas não sabe para onde vai”.

Diz o sábio: “Mas a vereda dos justos é como a luz da aurora, que vai brilhando mais e mais até ser dia perfeito” (Provérbios 4:18).

A luz brilhará mais e mais sobre a vereda do filho de Deus até que o dia de Cristo apareça. Quando nos chega o conhecimento da luz, é nosso dever andar nele. Essa é uma solene obrigação que repousa sobre toda pessoa que se torna familiarizada com a mensagem final de Deus para os últimos dias.

É tão verdadeiro hoje que os homens amaram mais as trevas do que a luz como o foi quando Jesus disse isso. Assim como em Seus dias foi apresentada ao povo a verdadeira mensagem de Sua primeira vinda, também hoje está sendo levada ao mundo a verdadeira mensagem de Sua segunda vinda. Também é verdade hoje que “a luz veio ao mundo, e os homens amaram mais as trevas do que a luz”. Não é preciso cometer alguns pecados grosseiros para estar perdido. Uma recusa em seguir a Cristo, em andar na luz, resultará certamente na perda completa da alma. Que não seja verdade em relação a você que lê estas palavras, amar de preferência as trevas à luz. Pelo contrário, quando você vir e ouvir a verdade da grande mensagem final de Deus, e dela se convencer, aceite-a com um coração alegre, pondo a vida em conformidade com ela.

Luz na Bíblia

“Lâmpada para os meus pés é a Tua Palavra e luz para os meus caminhos” (Salmo 119:105). “A revelação das Tuas palavras esclarece e dá entendimento aos simples” (verso 130).

Dessa forma, qualquer coisa ensinada na Bíblia é luz, e deve ser aceita pelo povo de Deus.

Luz na lei

“Porque o mandamento é uma lâmpada, e a lei, uma luz; e as repreensões da correção são caminho da vida” (Provérbios 6:23). Tudo o que é ensinado na lei de Deus e em Sua Palavra, como é esta mensagem que você esteve lendo, deve ser seguido e recebido no coração. O não aceitar esta mensagem é rejeitar a luz e a verdade, e nenhum cristão pode se dar o luxo de fazer isso.

Luz nas profecias

“E temos, mui firme, a palavra dos profetas, à qual bem fazeis em estar atentos, como a uma luz que alumia em lugar escuro, até que o dia esclareça, e a estrela da alva apareça em vosso coração” (2 Pedro 1:19).

A profecia é aqui comparada a uma luz. Quando a profecia, pois, se cumpre, e seu significado se torna claro, é evidente que se impõe aos homens a obrigação permanente de seguir e aceitar tantas verdades novas quantas sejam descobertas.

Visto que a profecia, de acordo com Daniel 12:4, deve ser entendida “no tempo do fim”, é claro que nesse tempo deve a atenção dos homens ser dirigida para nova luz, nova verdade. As profecias de Daniel estão desvendadas, estão-se cumprindo e entendemos o significado delas. Isso nos torna obrigados a andar na luz que elas revelam.

As profecias do Apocalipse estão também se cumprindo hoje. Assim disse Jesus: “Bem-aventurados aqueles que leem e aqueles que ouvem as palavras da profecia e guardam as coisas nela escritas” (Apocalipse 1:3).

Torna-se claro, pois, que, quando a profecia bíblica se esclarece, deve haver uma revelação contínua de novos deveres, os quais devem ser obedecidos pelo povo de Deus.

A plenitude da luz na tríplice mensagem

Acha-se no livro do Apocalipse a profecia da grande tríplice mensagem, a qual encerrará a obra do evangelho (Apocalipse 14:6-12). Essa mensagem contém uma revelação de novos deveres. Ela se baseia na Palavra de Deus, na lei de Deus e nas profecias da Bíblia. Compreende a verdade do Céu para o tempo presente. Está sendo levada a todo o mundo nesta geração e, quando essa obra estiver completada, virá o fim de todas as coisas terrenas.

Nesse “evangelho eterno” está a salvação para aqueles que o aceitam, bem como uma abundante entrada no reino de Deus. “Bem-aventurados aqueles que guardam os Seus mandamentos, para que tenham direito à árvore da vida e possam entrar na cidade pelas portas” (Apocalipse 22:14, KJV).

É tanto um privilégio como um dever nosso investigar a verdade para este tempo e, ao sabermos o que é a verdade, aceitá-la e obedecer-lhe.

Ao ser o calendário Juliano corrigido pelo papa Gregório, em 1582, foram dele eliminados dez dias, como aí se vê. O dia que teria sido sexta-feira, 5,

ficou sendo sexta-feira, 15. A continuidade dos dias da semana não foi alterada nem interrompida, nem o foi em alteração nenhuma do calendário.

